



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2026**

--- Aos vinte sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico de Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos: ---

--- **PONTO UM** - Intervenção do público; -----

--- **PONTO DOIS** - Período antes da Ordem do Dia; -----

--- **PONTO TRÊS** - Relatório Anual de Atividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Óbidos, relativo ao ano de 2025, para conhecimento; -----

--- **PONTO QUATRO** - Eleição e nomeação de um cidadão para substituição de pedido de cessação de exercício de funções de um dos quatro cidadãos que integram a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens; -----

--- **PONTO CINCO** - Eleição e posterior designação de um presidente de junta de freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação, conforme estipulado na alínea d), do ponto n.º 1, do Artigo 57.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, referente à composição do Conselho Municipal; -----

--- **PONTO SEIS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos; -----

--- **PONTO SETE** - Declarações no âmbito do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2015, de 21 de fevereiro (LCPA), para conhecimento; -----

--- **PONTO OITO** - Apreciação e eventual aprovação do mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental referente ao exercício de 2025, para apuramento do saldo para a gerência seguinte; -----

--- **PONTO NOVE** - Apreciação e eventual aprovação da 1.ª Revisão (Alteração Modificativa) ao Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2026; --

--- **PONTO DEZ** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de Contrato Programa a celebrar entre o Município e a OBITEC para o ano de 2026; -----

--- **PONTO ONZE** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu início à sessão, cumprimentou todos os presentes dizendo o seguinte :” Hoje é dia de fazermos a nossa primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal, correspondente ao mês de fevereiro. Um cumprimento por parte da mesa ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente, às Senhoras Vereadoras e Vereadores aqui presentes, às Senhoras e Senhores Deputados, aos Senhores e Senhora Presidente de Junta de Freguesia, às duas representantes respetivamente, das Juntas de Freguesia da Amoreira e Olho Marinho bem-vindos. -----

--- Ao público queria, naturalmente, começar por cumprimentar a Senhora Deputada da Nação aqui presente connosco, Drª. Cristina Vieira, muito bem-vinda, também a Dra. Maria da Graça que está connosco, Presidente da Comissão da Protecção de Crianças e Jovens. À nossa medalhada Maria Elisa Bastos Fernando que efetivamente vai estar connosco hoje também e vai receber a medalha que não pode receber no dia 11 por se encontrar na altura hospitalizada, portanto, hoje é o dia para realizarmos essa intenção da parte do Município de Óbidos. Aos outros membros do público que estão aqui connosco, nomeadamente as senhoras e os senhores que estão aqui para acompanhar com certeza a nossa medalhada de hoje, muito bem-vindos também à nossa sessão da Assembleia Municipal. Aos



Assembleia Municipal de Óbidos

2

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 27.02.2026

colaboradores do município aqui presentes, também aos órgãos de comunicação social, a todos uma boa tarde e um abraço muito especial neste dia que é um dia que marca também, o dia da D^a. Maria Elisa. De seguida passo a palavra à Segunda Secretária, para ser feita a chamada.” -----

--- A Segunda Secretária, Lénia Capinha Lameiro, fez a chamada.-----

--- **Presenças:** - Fernando Jorge Sousa e Silva, Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, João José Menezes Pereira Moniz, Lénia Capinha Lameiro, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Ana Maria Ramos de Sousa, Fábio Miguel Tomé Antunes, Luís Manuel Ferreira Cunha, Ricardo José Querido Faria, Anabela Blanc Capinha Corado, Hugo Leitão Henriques, Diogo Caires Câmara, Vítor Paulo Herculano Rodrigues, Luana Madalena Oliveira da Silva de Sousa, Adélia Maria da Silva Claudino Araújo, Ricardo José da Mata Antunes, Natália Maria Saramago Leandro, Rodrigo Miguel Conde Fonseca, José Manuel Lopes Marques, João Paulo Herculano Rodrigues, Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, Ricardo Silva Santos Carreira, Daniela Filipa Ribeiro Brás, Pedro Miguel Jerónimo Vieira, Lília João da Silva Marquês, Bruno Ricardo Pereira Duarte, Sandra Nazaré Cipriano Bebiano, Frederico de Deus Lopes. -----

--- **Faltas:** - Ricardo José Pedras Ribeiro, Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, Elisabete Rocha Castanheira, José Pedro Rolim Horta, Hélder José Mineiro Mesquita. ----

--- **Substituições:** - O deputado Ricardo José Pedras Ribeiro, foi substituído pela deputada Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, o deputado Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, foi substituído pelo deputado João José Menezes Pereira Moniz, a deputada Elisabete Rocha Castanheira, foi substituída pelo deputado Ricardo José Querido Faria, o deputado José Pedro Rolim Horta, foi substituído por Daniela Filipa Ribeiro Brás, o deputado Hélder José Mineiro Mesquita, foi substituído por Lília João da Silva Marquês.---

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças. -----

--- Registou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Filipe Miguel Correia Alves Daniel e dos Vereadores, Ricardo Miguel Pereira Duque, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, Soraia Alexandra Isidoro Saramago, Samuel de Sousa Timóteo Félix, Joana Trindade Bernardes Costa, Bruno João Rebelo Silva. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, após realização da chamada e verificado a existência de quorum disse: “Ele não está presente, mas queria agradecer ao Senhor Diretor Executivo da Obitec, pelo facto de nos permitir hoje estar aqui com esta logística. O nosso agradecimento por parte da mesa da Assembleia Municipal.” -----

--- Por haver quórum, o Presidente da Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- **PONTO UM - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- A munícipe Cristina Vieira Henriques cumprimentou todos os presentes e referiu: “Vivo na Usseira e, como munícipe e como deputada, farei os possíveis para estar presente no máximo de reuniões possível. Queria só fazer uma intervenção rápida. Portanto, dirijo-me ao Senhor Presidente, aos Senhores Deputados e ao público presente, cumprimentando todos, e dizer que a vila de Óbidos — pelo menos o seu executivo — se exalta como uma vila francamente tecnológica, e é pouco compreensível que, ao longo destes anos, estas reuniões não possam ser seguidas online.-----

É uma coisa que acontece em muitos municípios à nossa volta. Eu já observei muitas vezes reuniões de outros concelhos e lamento muito não poder fazê-lo em relação a Óbidos, até



porque haverá dias em que não poderei estar presente. E queria perguntar-vos, de facto, porque é que isto ainda não acontece, porque é corriqueiro em qualquer sítio do país e, ainda por cima, numa vila que aposta tanto na tecnologia e na inovação. É uma situação que não se compreende, de facto. -----

Não há limitações técnicas, a tecnologia é especialmente simples, não há problemas de custos. Portanto, o que eu vos queria perguntar é se é uma decisão política, porque, se for uma decisão política, ela tem de ser assumida com frontalidade.-----

Ao não ser feita a gravação, eu chamo a atenção para o facto de se estar a limitar o escrutínio dos munícipes a estas reuniões. Estamos a condicionar o acesso dos cidadãos à informação e a criar uma barreira entre eleitores e eleitos. E mais: está a colocar-se este executivo numa posição difícil de defender, porque quem não usa esta tecnologia e não permite ser visto e ouvido quando exerce funções públicas abre inevitavelmente espaço à dúvida.-----

Novamente: porque é que não querem que as pessoas assistam? Que incómodo existe em permitir que cada cidadão, a qualquer momento, possa ouvir e ver o que se passa aqui?

Dizer que as atas são públicas, por exemplo, não resolve o problema, porque uma ata é sempre uma versão resumida e, infelizmente, tardia. Não substitui o acesso direto, integral e imediato ao que aqui se passa; não mostra o tom, não mostra as hesitações, não permite aos cidadãos formar o seu próprio juízo, obriga-os a aceitar esse filtro. -----

Por isso, a questão mantém-se, e era isso que eu queria ver respondido: porque é que preferem a versão de uma ata à realidade em direto? E porque é que ainda não se iniciou esta tecnologia, que é perfeitamente corriqueira em qualquer município?”-----

A munícipe Silvia Sousa cumprimentou todos os presentes dizendo: “Sou residente no concelho há seis meses, estou a viver no Arelho. Venho aqui com uma questão que me preocupa substancialmente. Apesar de viver aqui há pouco tempo, conheço o concelho há muitos anos. Os meus avós eram do Olho Marinho e, portanto, conheço aquela ponte — que é o que me traz aqui — do Rio do Prado, a ponte que vai do Vau para o Arelho. -----

Eu tenho medo de passar nela. Posso estar enganada, pode estar cheia de insegurança, pode ter toda a fiscalização e todas as vistorias, mas achei que deveria vir ao lugar certo saber se assim é. Lembro-me de que aquela ponte deve ter uns 30 ou 40 anos. É uma ponte que hoje serve uma série de residentes da Lapinha, da Pérola da Lagoa, do Bom Sucesso, que antigamente não residiam lá; era um lugar de férias. Hoje em dia já não é assim. Também cada vez mais pessoas das Caldas se dirigem a estas praias maravilhosas que temos nesta zona. -----

E pronto, é só isso. Houve agora este problema com as cheias; penso que a ponte não chegou a ficar submersa, mas não se podia passar. O caudal do rio era enorme. Eu não sou engenheira civil, não faço ideia, mas por isso venho aqui perguntar se, de facto, estamos em condições de passar verdadeiramente na ponte — e não esquecer que o tráfego atualmente é muito maior do que quando ela foi construída. -----

Só quero saber se posso estar descansada, eu e uma série de pessoas. É só.”-----

--- O munícipe Floriano Almeida cumprimentou todos os presentes, dirigindo cumprimentos especiais para a mesa e para o Senhor Presidente da Câmara, dizendo: “Em primeiro lugar, quero aqui manifestar a minha tristeza relativamente ao que sucedeu com as cheias recentes. Eu já sou um pouco... não é idoso, é menos jovem, e já não tenho capacidade para compreender determinadas situações, porque o que se passou há 20 anos passou-se precisamente agora: os mesmos erros, as mesmas pessoas traumatizadas, os custos mais



elevados — porque, de facto, as circunstâncias agora são diferentes — e eu não consigo perceber isso. Mas isso fica para outra altura. -----

O que me traz aqui é perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente em relação à ponte do rio onde passam os esgotos da vila — penso eu — que estão agora a céu aberto. Tinham uns tubos, penso que já funcionava a céu aberto, e queria perguntar quando é que essa rede de esgotos vai ser ligada à rede geral, ao saneamento básico. --- Aconteceu que nós temos ali uma propriedade, uma casa mesmo junto ao rio, e aconteceu exatamente o que aconteceu há 20 anos: as pessoas tiveram de levar, desculpem o termo, com os esgotos, com os dejetos de toda aquela zona, uma vez que o rio, em vez de os levar, os fazia recuar. A água do rio entrava nos esgotos e fazia-os recuar, e na casa das pessoas todos esses dejetos vieram à superfície. Portanto, já não bastando a inundação da própria casa, ainda houve isto. E é naquela zona toda: as mesmas pessoas que foram martirizadas há 20 anos continuam a sê-lo.-----

Do meu lado, eu moro na Estrada dos Casais Brancos e continua a mesma coisa: ninguém avisa ninguém, ninguém sabe que o rio pode partir ali, ninguém sabe nada, ninguém informa nada. Eu não sei de quem é a responsabilidade da barragem do rio, de abrir e fechar a barragem; não sei quem é, ainda não consegui perceber. Mas, de facto, é inadmissível que, passados 20 anos, as coisas aconteçam precisamente como aconteceram. É inadmissível, do meu ponto de vista, porque tínhamos a ilusão de que a barragem ia resolver os problemas das cheias aqui em Óbidos, mas, pelos vistos, não resolveu. E, pelos vistos, há qualquer coisa que está a falhar — não sei o quê — porque foi igualzinho.-----

Eu queria saber, muito concretamente em relação aos esgotos, o que é que a Câmara está a pensar fazer: se está a pensar ligar à rede de saneamento básico, para que estas pessoas não tenham novamente os problemas que tiveram, problemas difíceis de ultrapassar depois de ver aquilo que se viu.”-----

--- A munícipe Margarida Pedro cumprimentou todos os presentes dizendo: “Sou residente em Óbidos. A Câmara fez esta semana um comunicado a reafirmar o compromisso com o apoio aos cidadãos afetados pelas recentes tempestades, realçando que nenhum cidadão ficaria sem apoio. Sabemos que os danos causados pelas mesmas podem ser de diferente natureza. -----

Até ao momento, os apoios disponibilizados pelo Governo estão focados em danos estruturais nas habitações. Sabemos também que, no concelho de Óbidos, os danos provocados não foram apenas de carácter estrutural, tendo a população sido igualmente afetada pelas cheias. -----

Pelo que a minha questão é a seguinte: que medidas ou apoios tem o Município de Óbidos para as famílias afetadas pelas cheias?”-----

--- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que interveio dizendo: “Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, e, em si, cumprimento toda a mesa, todas as Senhoras e Senhores Deputados. Um cumprimento à Senhora Deputada da Assembleia da República Dra. Cristina Vieira Henriques, cumprimento também ao público, às pessoas que nos assistem aqui na nossa primeira Assembleia Ordinária do ano 2026. Cumprimento também a Senhora e aos Senhores Presidente de Junta de Freguesia. Aqui um cumprimento especial também, permitam-me fazê-lo, à Dona Elisa, que infelizmente não pôde estar connosco no passado dia 11 de



janeiro no âmbito das comemorações do feriado municipal, e, portanto, está hoje connosco.” -----

Eu vou começar respondendo o mais claro possível às questões colocadas. Começo pela munícipe. Margarida Pedro. O Governo apresentou um conjunto de medidas, naturalmente não apenas para as habitações e danos materiais, mas um conjunto de apoios que foram disponibilizados com grande brevidade. Dar aqui nota, não apenas a si mas a todos, de que a Câmara foi bombardeada com um conjunto de necessidades de partilha de informação; ainda hoje estamos, até ao final do dia, por solicitação de várias entidades com responsabilidades governativas e administrativas no nosso país, a responder a pedidos. Temos uma estrutura de recursos humanos curta, mas que tem de dar estas respostas, e estamos a ser, de alguma forma, fustigados com várias situações. -----

Ainda hoje, mais uma estrada ficou interrompida, fruto da escavação constante das águas que passam — refiro-me à Estrada Real, que vai da Pegada à localidade de A-da-Gorda — e que são situações que decorrem destas tempestades e das cheias que nos assolam. --- Portanto, o Governo apresentou um conjunto de medidas direcionadas para as empresas, para as habitações, para a reestruturação de habitações; naturalmente, há aqui um pacote que, dentro de cada especificidade, se adaptará melhor a umas circunstâncias do que a outras. Em relação àquilo que o Município pode e vai ajudar, naturalmente temos regulamentos definidos, sejam eles do ponto de vista de apoios sociais ou comunitários, ou outros apoios de outra natureza. De tudo aquilo que a Câmara tem no âmbito dos seus regulamentos, podem os particulares, os cidadãos, os municípios beneficiar, em função de cada uma das características. -----

Que se desloquem à Câmara, que se desloquem aos nossos serviços, para que possamos acompanhar e direcionar também para essas medidas de apoio. E essa é, naturalmente, a forma como podemos apoiar cada uma das estruturas ou empresas dentro do nosso território. Estamos disponíveis para reunir consigo, ou com quem foi lesado, para podermos avaliar a situação e encaminhar para o local próprio. -----

Agradeço também, naturalmente, a intervenção do Professor Floriano Almeida. Compreendo a tristeza, a mágoa e o infortúnio relativamente a estes fenómenos que nos assolam. Felizmente por um lado, infelizmente por outro: se não tivéssemos sido fustigados por nada, estaríamos muito melhor. Mas, desde o início de novembro de 2025, Óbidos tem sido sujeito a forte precipitação. -----

E a barragem serviu, naturalmente, para aquilo que o Professor considera que não serviu: para minimizar estragos. A barragem, que há 20 anos estava já inaugurada, mas não tinha um plano de exploração, tinha as duas comportas com 8 metros de largura cada uma e 4 metros de altura, naquele talude que é uma albufeira de aterro, com as suas particularidades, vicissitudes e, naturalmente, também algumas debilidades relativamente ao propósito para que foi construída. -----

Ela foi construída com um foco essencial: o armazenamento de água para benefício da agricultura. A nossa barragem tem o nível mínimo de enchimento, ou seja, a zona de descarga à cota 27. Ela não precisa de estar fechada porque, até aos 27 metros de altura, está com o seu talude de betão e, portanto, vai mantendo a capacidade até esse nível. ----

Depois, tem vários níveis: o nível definido pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o nível pleno de enchimento e ainda um nível máximo de armazenamento, que vai até aos 32 metros. O que acontece é que, até aos 31,45 metros — valor cuja gestão estava a ser acompanhada pela Proteção Civil, pela Câmara, pela



Associação Humanitária dos Bombeiros de Óbidos e pela Associação de Regantes, que também tem legitimidade para gerir a abertura e fecho das comportas com mecanismos de segurança — a barragem pode ser operada de forma controlada. -----

É claro que, e isso foi ajustado há alguns anos, o muro ali junto ao Avelar — seguramente junto da habitação que o Professor também possui — apresenta uma dificuldade acrescida. A essa cota, praticamente à altura do muro, existe já uma pressão muito grande sobre as estruturas das habitações e, muitas vezes, a água recua devido às próprias tubagens.----- Voltando à importância da cota 31,45 metros: ela foi definida tendo em conta a estrutura da barragem e a sua proteção, mas também tudo o que representa para as pessoas e bens materiais a jusante da albufeira. A partir desse nível, a barragem abriria mais as suas comportas e, naturalmente, libertaria muito mais água. -----

É claro que tivemos uma noite inteira de precipitação, seguida de um dia inteiro de precipitação — cerca de 36 horas consecutivas — o que impossibilitou, em conjunto, uma gestão mais eficaz da barragem, apesar de já estarmos a monitorizar a situação há algum tempo. Tínhamos tido até um período em que ela esteve cerca de 7 cm abaixo do nível máximo, praticamente a atingir o limite, e estávamos preocupados: uns na barragem, outros na zona do Avelar a gerir o nível da água, e também lá em baixo, onde a Senhora Sílvia Sousa referiu a ponte do Arelho para o Vau, para percebermos, em conjunto com as marés, como poderíamos aliviar e ganhar capacidade na albufeira para fazer este manuseamento da carga da barragem.”-----

Portanto, não houve aqui incompetência de ninguém, não houve aqui irresponsabilidade de ninguém. Aquilo que existiu foi efetivamente um mecanismo de segurança da própria barragem que nos coloca numa segurança adicional a todos nós e às estruturas e aos bens, sejam eles imóveis ou de outra natureza, a jusante da própria barragem. Portanto, esta gestão foi feita na medida do possível. Infelizmente não temos dimensão para ter uma Agência Portuguesa do Ambiente cá a ajudar também a fazer essa mesma manutenção, não é que não tenha feito o contacto para que eles cá pudessem estar, mas, naturalmente, os holofotes estão nas grandes cidades. Naturalmente, tivemos que nos socorrer de nós próprios com a gestão que foi possível, com a colaboração da Junta de Freguesia, com a Proteção Civil, com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Óbidos e com toda a colaboração. Foram madrugadas, foram muitas noites a acompanhar este processo, pessoas que estão a acompanhar as próprias cotas com recurso à câmara de videovigilância que se encontra dentro da zona de abertura, que nos indica qual é esta mesma situação.” -----

Vou dizer aqui uma coisa também ao Professor Floriano: é que estas cheias nada tiveram a ver com as de há 20 anos a esta parte. Basta recorrer aos modelos que recolhem os dados da precipitação para percebermos que estivemos muito à frente, ou seja, com muito mais precipitação do que tivemos em 2006. Portanto, não foi uma situação igual; ainda que, se tivesse sido igual, teria sido bastante gravosa também, mas teria sido mais fácil de gerir relativamente a esta matéria.-----

Dizer outra coisa também: daquilo que conheço, não existem ali esgotos a céu aberto. Eu percebo, e tenho ouvido muitos comentários nas redes sociais, dos cheiros que muitas das vezes ali junto da ponte se encontram. É bom que todos percebam que as águas sulfurosas têm o odor e a característica muito semelhante àquilo que são as situações de outros cheiros, nomeadamente aqueles a que entendo que se queria referir. E essa ligação não será feita porque aquilo que está a ser reencaminhado de cima da Vila são as águas pluviais



que vêm de cima da Vila e, portanto, foi isso que os serviços me transmitiram. Não há aqui outra situação de esgotos a céu aberto — era o que faltava, numa situação daquelas, termos ali esgotos a céu aberto. -----

Mas também muitas destas circunstâncias elevam-nos e remetem-nos para aquilo que é a importância de Planos Diretores Municipais e aquilo que eles representam. Nós temos a obrigação, e, acima de tudo, muitos, muitas das vezes não percebem, que erros urbanísticos ou de planeamento urbanístico dão muitas das vezes nestas circunstâncias, que é construir casas, construir infraestruturas em zonas que são habitualmente locais de cheia. E estas circunstâncias desta cheia, ou outras cheias, vão continuar a ser mais frequentes, infelizmente para nós, e temos que estar aqui preparados. -----

Tivemos aqui, há dois dias, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e fizemos aqui a menção porque, antevendo que estas circunstâncias vão recorrer, queríamos que tivéssemos a colaboração da Agência Portuguesa do Ambiente para colocarmos 'fusíveis'. Um 'fusível' é uma peça que quebra ou que alivia, pode estar numa alfaia agrícola, pode estar numa parte elétrica, é aquela que cede primariamente para que não haja um prejuízo maior. Portanto, a localização, definirmos aqui um projeto hidráulico para que haja descargas em pontos estratégicos e que as zonas de baixo sirvam também para receber todas essas águas. -----

E, portanto, a responsabilidade da gestão da barragem até ao nível 31,45, como referi há pouco, é comum aqui por estas entidades que referi. Tudo o resto que ultrapassa esta medida estará sob a alçada de entidades que têm magistraturas superiores, naturalmente a Agência Portuguesa do Ambiente e a DGADR. Portanto, esta situação não foi, de todo, igual à de há 20 anos. -----

Em relação à intervenção da Senhora Sílvia Sousa, antes de mais, dar-lhe as boas-vindas ao concelho de Óbidos e agradecer a confiança para residir no nosso concelho. Bem percebi que já o conhecia e, se calhar por isso, também quis voltar. Agradeço, antes de mais, também a sua preocupação relativamente a esta matéria — preocupação que, diria, não está apenas latente naquilo que são as responsabilidades políticas, mas em cada um, com o seu olhar e com a sua benfeitoria cívica que, de alguma forma, pode estar disponível. E aqui mostrou-o mais uma vez. É por isso que Óbidos é diferente: é porque tem estes munícipes, estes cidadãos atentos, responsáveis e, acima de tudo, preocupados com os outros. -----

E lá, de facto, serve muita gente. Queremos que sirva ainda mais; queremos ter esta conectividade e esta ligação cada vez mais efetiva. Melhorar os nossos acessos, as nossas estradas... a própria estrada que dá acesso do lado do Arelho para esta ponte, em direção ao Vau, está a quebrar. Eu tenho-me apercebido também que ela, na zona dos taludes, tem estado a quebrar e, portanto, é preciso, é necessário que haja também uma intervenção para recuperar ou restabelecer esta própria rede viária. -----

E, portanto, aquilo que estamos a fazer também, e foi praticamente no período em que o Governo anunciou que vai ou que já contratou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para fazer uma reavaliação de todas as infraestruturas que sejam necessárias ou críticas e públicas, portanto, aquilo que nós estamos a fazer é solicitar também esse apoio de uma entidade como o LNEC, ou alguém que tenha as mesmas atribuições do ponto de vista técnico, para que fiquemos todos de consciência tranquila. E, mais do que a consciência tranquila, é que, se houver necessidade de intervenção, nós a possamos fazer em coerência com este apoio técnico. -----



E, portanto, agradecer também esta intervenção. Dizer-lhe aqui só uma coisa, não tivemos agora cheias. As cheias, desde que eu me lembre, e já tenho algumas décadas, sempre houve cheias. E já vi aquela ponte muitas vezes com água naquele nível. Não estou com isto a dizer que vamos esperar até que ela caia para fazer uma intervenção, muito pelo contrário, é termos uma preocupação adicional, e como aqui bem referiu.”-----

Agradecer, naturalmente, a intervenção da Senhora Deputada e munícipe Cristina Vieira Henriques. Eu falarei, naturalmente, por mim. É claro que eu não decido, não me cabe a mim decidir a questão relativamente à transmissão em streaming, seja de uma Assembleia Municipal ou de uma Reunião de Câmara, mas dou-lhe a minha opinião particular. Nós até podemos não ter receio das hesitações, ou das diferenças de tom que são manifestadas nas próprias Assembleias ou Reuniões de Câmara, mas há algo que, se estivermos em streaming, podemos ter, que é efetivamente o pegarem em situações descontextualizadas e utilizarem-nas da pior forma.-----

E nisso, permita-me dizer-lhe com toda a frontalidade, o partido que a Senhora representa tem sido pródigo naquilo que é pegar em situações que estão, de alguma forma, descontextualizadas daquilo que depois vocês podem colocar. O nosso receio não é o escrutínio público: tudo aquilo que fazemos em matéria de contratos públicos está a ser escrutinado; tudo aquilo que é aqui hoje abordado estará em atas, como referiu e bem; têm os áudios que, naturalmente, podem ser consultados. Nós não temos medo nenhum do escrutínio e, portanto, é esta a situação que temos colocado.-----

Isto de colocar a questão da gravação em streaming, eu diria que é básico. Mas permita-me dizer também, e já percebi que não terá muita experiência nessa matéria, até porque temos um técnico de som atrás e eu vi a expressão que ele fez quando disse que não é muito caro, seguramente não tem o conhecimento dos valores que, muitas das vezes, pagamos para ter em alguns eventos relativamente a esta matéria. Mas a razão é única e exclusivamente esta, e eu lá podia perder a oportunidade de estar convosco e falar olhos nos olhos a cada um de vós.”-----

O munícipe Floriano Almeida voltou a usar da palavra e disse:” Eu não duvido que o trabalho foi feito e que teve valor, é evidente que sim. Mas, de qualquer forma, o que verifiquei diversas vezes foi que o rio, nestes dias — entre a terça-feira e o acontecimento — levava muito pouca água. Inclusivamente, houve um dos dias, nessa terça-feira precisamente, em que a água era mínima no leito do rio.-----

Ora eu pergunto há duas marés-cheias e duas marés-vazias por dia, mais ou menos. Está bem que algumas das marés-vazias são à noite, mas, de qualquer forma, durante o dia não haveria a possibilidade de fazer uma descarga mais intensa quando é maré-vazia, havendo controlo? Porque eu vi, já aqui há uns anos, um elemento da Câmara Municipal junto ao rio a controlar as descargas. -----

Eu pergunto: porque é que não se fazem mais descargas quando há maré-vazia, quando há possibilidade de as fazer?-----

As casas foram construídas há muitos, muitos anos, numa altura em que as margens do rio não eram como são hoje. A água espraia-se pelos terrenos contíguos ao rio, as condições eram diferentes. Agora não. Portanto, também não consigo perceber porque é que os esgotos retornam às casas das pessoas. É isso que não consigo compreender: se não existe uma válvula de segurança, uma válvula de estanquicidade, que impeça a entrada novamente daqueles dejetos nas habitações. -----



É isso que me preocupa também. Eu vi o que lá estava.-----
Pronto, obrigado pela vossa atenção.”-----

--- A munícipe Cristina Vieira da Silva voltou a intervir e disse: "Senhor Presidente, lamento muito que tenha essa impressão do meu partido. Aquilo que nós pretendemos é, efetivamente, perceber e acompanhar o que se passa nas reuniões de Câmara. Quanto à descontextualização, ela pode ser feita sempre, porque, se o quisermos fazer, fazemo-lo com as atas. Mas não é essa a nossa intenção. A nossa intenção é perceber o que é que se passa, poder acompanhar uma reunião do princípio ao fim, como é perfeitamente exequível, e qualquer telemóvel grava uma reunião do princípio ao fim. Portanto, eu não acredito, muito sinceramente: se há 250 mil euros para pôr umas pedras aí, também há de haver dinheiro para fazer uma captação de imagem das reuniões.-----

As minhas dúvidas acentuaram-se, devo dizer, bastante com a reação de Vossa Excelência de ataque ao meu partido, portanto, fico cada vez com mais dúvidas. E volto a dizer que uma ata é um filtro, é feito por uma pessoa e é um filtro. Portanto, se nós queremos efetivamente saber o que se passa aqui, temos que vir cá ver, e isso é que me preocupa.”

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e disse: "Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço, uma vez mais, a oportunidade de partilhar alguns pontos adicionais. Aquelas pedras são uma homenagem a uma família que foi muito importante para o nosso território. Representam, acima de tudo, algo que permanecerá quando todos nós já aqui não estivermos. Conferem ao local uma caracterização superior à do pedaço de relva que ali se encontrava. Portanto, não são meras pedras; é arte, é cultura. Pelos vistos, a Senhora Deputada não aprecia a arte nem a cultura, mas nós mantemos a vontade de as colocar.--
Permita-me dizer-lhe outra coisa, pois aqui reside a diferença entre seriedade e responsabilidade: nós não temos falta de dinheiro. Felizmente, a Câmara conseguiu colocar a sua posição financeira numa condição que permitiu realizar este investimento que, não sendo prioritário, era possível de executar. Os mecanismos de contratação pública para esta obra foram mais simples do que os necessários para outros contratos mencionados, como a contratação de médicos municipais ou outros investimentos de 450 mil euros.-----

É preciso ser rigoroso. Temos responsabilidades políticas e as pessoas que leem o que vocês partilham — muitas vezes sem saberem ou quererem saber a realidade — ficam com informações erradas. Isso é irresponsabilidade. Não é apenas uma perceção que tenho do meu partido; é uma constatação face a esta matéria. -----

Professor Floriano, as marés-vazias não ocorrem apenas à noite; são ciclos de seis em seis horas. Não temos todos de saber isto, mas eu tive a oportunidade de privar muitos anos com a lagoa e, por isso, tenho esse conhecimento. Embora isto seja matemática baseada em horários, há situações que sofrem atrasos. Por exemplo, do mar para a lagoa existe um *delay* de 1h30 a 2h nas marés definidas dentro da lagoa. Da mesma forma, a abertura da barragem, na zona da albufeira, tem um atraso de 7 horas até chegar à ponte. Temos de gerir todas estas informações.-----

O cenário que o Senhor Professor constatou — o de o rio levar pouca água — ocorreu exatamente em períodos em que a gestão era possível dessa forma. Descarregámos mais em certos períodos para criar folga na barragem; quando ela tinha menos volume, não era necessário descarregar tanto. Chegámos a ter um período em que se previa precipitação para as 10h, a barragem estava com 29 metros e baixámos 3 metros para podermos suportar a situação.-----



Temos de compreender que a chuva e as cheias que ocorreram em A-dos-Francos também nos impactam, pois a nossa bacia hidrográfica é muito vasta. É generosa em períodos normais, mas difícil do ponto de vista da gestão de águas em situações de crise.-----

Para terminar, vi alguns comentários nas redes sociais de candidatos à presidência da Câmara criticando a limpeza dos rios. Gostaria de ver como estaria o nosso concelho se essa limpeza não tivesse sido feita. Temos estradas que ficaram destruídas e muitos estragos por reparar. A Senhora Adélia está a rir-se porque sabe que também fez esses comentários. Criticou a forma como as limpezas estavam a ser feitas, esquecendo que, não sendo responsabilidade direta da Câmara — uma vez que cabe aos proprietários confinantes — considerámos importante intervir por uma questão de Proteção Civil. Assumimos uma responsabilidade que não era nossa.-----

Da mesma forma, fomos criticados pela gestão de combustíveis na estrada par Bom Sucesso e, no entanto, foi a via que apresentou melhores condições perante as intempéries. Sabemos o que temos de fazer e fá-lo-emos sempre que houver condições para isso.” -----

--- Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia disse:”terminamos, assim, este ponto da ordem de trabalhos. Como vos disse, passamos para o segundo ponto, que é o período antes da ordem do dia.” -----

--- **PONTO DOIS - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao ponto dizendo: "vamos começar pelo que anunciei há pouco, vamos homenagear a Dona Maria Elisa Brás Fernando, uma poetisa popular e uma figura da nossa cultura muito importante para todos nós, obidenses. Natural do Olho Marinho, o seu conteúdo literário nestes dez anos de 'Óbidos Vila Literária' foi fundamental, a par de outros poetas importantes do nosso concelho, para que este projeto se tornasse cada vez mais efetivo. Óbidos é, hoje em dia, uma referência literária, não só pelo reconhecimento nacional, mas também, em grande medida, pelo que os nossos poetas populares representam na nossa cultura. Por isso, bem-haja e muito obrigado! Uma salva de palmas para a Dona Maria Elisa! Peço-lhe o favor de vir aqui ao palco, por favor. Daria a honra da entrega da Medalha de Mérito Municipal ao Senhor Presidente da Câmara." -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, após ter entregue a Medalha de Mérito Municipal à Dona Maria Elisa Brás Fernando, pediu “uma salva de palmas” e leu um dos poemas da escritora. De seguida a Senhora Dona Maria Elisa Brás Fernando leu dois poemas que escreveu dedicados respetivamente a Óbidos e ao Olho Marinho e terminou dizendo . “Obrigada por este momento!” -----

--- Terminado o momento solene da entrega da Medalha de Mérito Municipal o Senhor Presidente da Assembleia continuou o ponto da Ordem de Trabalhos dizendo: "Após este belo momento com a Dona Maria Elisa Brás Fernando, e continuando na ordem de trabalhos, passamos à análise das quatro atas que foram enviadas a todos os deputados. Quero agradecer à Deputada Ana Maria Sousa pelo seu telefonema; como leitora atenta, identificou duas situações na redação e outros pormenores sobre os quais conversámos. São aspetos que, certamente, iremos melhorar no futuro. -----



Tivemos um período excecional, com quatro reuniões em dois meses e meio — uma ordinária e três extraordinárias — o que propiciou este tipo de lapsos, mas estamos esclarecidos. Reiterei à Senhora Deputada que estarei sempre disponível para trocar impressões e trabalharmos em prol da qualidade do nosso trabalho aqui na Assembleia Municipal. -----

Após essas retificações, procurei melhorar o texto. Ouvi dizer há pouco que as atas são um resumo, mas, atualmente, as atas da Assembleia Municipal são uma reprodução integral de todas as vossas intervenções. Procuramos, desta forma, ser claros e transparentes quanto ao que aqui se passa, pelo menos no registo escrito. O resumo pode, muitas vezes, ocultar aquilo que o orador considerava mais importante; resumir assuntos é fácil, mas captar a expressão direta da pessoa é mais complexo.-----

Temos, portanto, quatro atas para apreciação: a da sessão ordinária de novembro; a de dezembro de 2025; e as das reuniões extraordinárias de janeiro de 2026, nos dias 8 e 22.- Relativamente à ata da reunião ordinária de 21 de novembro de 2025, informo que o Deputado Luís Miguel Gonçalves Oliveira não pode votar, por não ter estado presente, tendo sido substituído pela Deputada Susana Costa, que se encontra aqui hoje.-----

Relativamente à ata da sessão extraordinária de 21 de novembro de 2025, coloco a mesma à vossa consideração. -----

--- Foi presente a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 21 de novembro de 2025, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia voltou a usar da palavra e disse: "Seguimos para a apreciação da ata de 19 de dezembro de 2025, relativa à sessão ordinária. Nesta sessão, não houve faltas, estiveram todos os membros presentes. Coloco a referida ata à consideração do plenário." -----

--- Foi presente a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia disse: "Passamos agora à primeira reunião extraordinária, realizada no dia 8 de janeiro de 2026. Registaram-se duas ausências, a do Senhor Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas e a do Senhor Ricardo José da Mata Antunes. Em sua substituição, estiveram presentes o Senhor Mário Rui Pereira Minês, em substituição de Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, e a Senhora Susana Isabel Cruz Jacinto e Costa, em substituição de Ricardo José da Mata Antunes. Relativamente a esta ata, coloco-a à vossa consideração."-----

--- Foi presente a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 08 de janeiro de 2026, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



--- Aprovada em minuta por unanimidade. -----

--- Usando de novo da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: "Finalmente, temos a ata da sessão extraordinária de 22 de janeiro de 2026. Também nesta sessão, registou-se a ausência do Senhor Ricardo José Pedras Ribeiro, que foi substituído pela Senhora Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa. Relativamente a esta ata, coloco-a à vossa consideração." -----

--- Foi presente a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 22 de janeiro de 2026, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade. -----

--- Continuando o ponto Antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente da Assembleia disse: "Temos agora a proposta, não sei se a mesma se mantém ou não, de um voto de louvor conjunto, que chegou a esta Mesa, dirigido às entidades envolvidas na resposta às situações de emergência provocadas pela sucessão das tempestades *Kristin*, *Leonard* e *Martha*. Coloco a questão ao Senhor Deputado Miguel Oliveira: o texto mantém-se ou existem alterações? Gostaria de ouvir a vossa posição sobre esta matéria." -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira tomou a palavra e disse: "Boa noite a todos. Informo que o texto se mantém; o documento já foi assinado pelos líderes das três bancadas. Surgiram algumas sugestões posteriores, mas considero que não são questões de fundo, pelo que me parece que o texto está em condições de ser votado hoje." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse então: "Sendo assim, vou pedir ao Primeiro-Secretário que proceda à leitura do texto, para que possamos passar à respetiva votação." -----

--- O Senhor Primeiro Secretário iniciou a respetiva leitura dizendo: "Muito boa noite a todos, irei proceder à leitura do Voto de Louvor às entidades envolvidas na resposta às situações de emergência provocadas pelas tempestades *Kristin*, *Leonard* e *Martha*: -----

"Voto de Louvor às Entidades Envolvidas na Resposta às Situações de Emergência Provocadas pela Sucessão de Tempestades – "KRISTIN", "LEONARDO" e "MARTA"-----

A Assembleia Municipal de Óbidos vem, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos, propor a aprovação do presente Voto de Louvor e Reconhecimento Municipal. -----

Nas últimas semanas o distrito de Leiria, incluindo o concelho de Óbidos, tem sido sucessivamente afetado por fenómenos meteorológicos de elevada severidade, destacando-se a tempestade "KRISTIN", seguida por outras depressões, nomeadamente Leonardo e Marta, que provocaram quedas de árvores, derrocadas, deslizamentos de terras, danos significativos na rede viária, cheias, prejuízos em habitações, empresas e explorações agrícolas, bem como constrangimentos relevantes na vida quotidiana da população. -----



A estas ocorrências somou-se, posteriormente, o incêndio de grandes proporções numa unidade empresarial do concelho, situação de enorme complexidade operacional, com impacto social e económico significativo.-----

Perante este contexto, particularmente exigente, importa reconhecer a capacidade de resposta, coordenação e liderança demonstradas, num quadro de decisões tomadas em tempo reduzido e sob elevada pressão. -----

É de elementar justiça reconhecer e louvar:-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos e o Executivo Municipal;-----*
- As Juntas de Freguesia e os seus trabalhadores, cuja proximidade às populações foi determinante na identificação de necessidades e na articulação de respostas; -----*
- A Proteção Civil de Óbidos, as Unidades Locais de Proteção Civil e o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Oeste, pela coordenação técnica e articulação estratégica que permitiram uma resposta integrada e eficaz;-----*
- Ao Corpo de Bombeiros, pela coragem, prontidão e elevado espírito de missão demonstrados em circunstâncias de risco acrescido;-----*
- A Guarda Nacional Republicana, pela presença permanente, garantia de segurança e apoio logístico fundamental; -----*
- As autoridades de saúde pública; -----*
- As entidades externas que prestaram apoio operacional; -----*
- Os inúmeros voluntários e munícipes que, de forma solidária e discreta, contribuíram para minimizar os impactos das ocorrências, no concelho de Óbidos; -----*
- As empresas e voluntários obidenses que solidariamente prestaram apoio, com mão de obra, materiais de construção e bens essenciais, aos concelhos do distrito de Leiria afetados pela depressão. -----*

O nosso reconhecimento e louvor é igualmente estendido a todos quantos, no silêncio do dever e longe da exposição pública, garantiram que ninguém ficou sem resposta num momento de enorme pressão coletiva. Nesse sentido, é entendimento desta Assembleia que é de elementar justiça destacar:-----

- A pronta ativação e articulação do Serviço Municipal de Proteção Civil, em estreita cooperação com o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Oeste e Secretaria de Estado;-----*
- A coordenação eficaz entre o Presidente da Câmara Municipal e o Executivo Municipal, assegurando decisões firmes, reuniões operacionais em horários de elevada exigência e acompanhamento permanente da evolução das ocorrências;-----*



• O empenho dos Serviços Municipais, técnicos e operacionais, que garantiram intervenções urgentes na rede viária, em linhas de água, em infraestruturas públicas e no apoio direto às populações; -----

• A criação célere de balcões de apoio descentralizados dirigidos a habitação própria, agricultores e empresas, demonstrando proximidade, organização e capacidade de resposta administrativa num momento crítico;-----

• A manutenção responsável da agenda cultural, associativa e económica do concelho, sinal claro de confiança, estabilidade e compromisso com os empresários, trabalhadores e entidades que dependem diretamente da realização de eventos e da dinâmica local;-----

• O movimento solidário espontâneo dos obidenses (coletivo e individual), que emergiu num contexto particularmente complexo e devastador, para apoiar as pessoas e instituições afetadas pela depressão “KRISTIN”, em Óbidos e nos concelhos mais prejudicados.-----

Num cenário de elevada pressão operacional, ficou demonstrado que a capacidade técnica só produz resultados quando acompanhada por liderança clara, coordenação eficaz e sentido de responsabilidade.-----

Este Voto de Louvor constitui, assim, um reconhecimento político e institucional pela liderança, coordenação e dedicação demonstradas por todas as entidades envolvidas, sublinhando que, perante a adversidade, o concelho de Óbidos respondeu de forma coesa, determinada e orientada para a proteção das pessoas, dos bens e da sua atividade económica.-----

Porque a liderança não se proclama — exerce-se. E exerce-se, sobretudo, quando as circunstâncias são adversas.-----

Nestes termos, as Bancadas Municipais dos partidos representados propõem que a Assembleia Municipal de Óbidos delibere:-----

1. Aprovar o presente Voto de Louvor e Reconhecimento ao Presidente da Câmara Municipal, ao Executivo Municipal e a todas as entidades e serviços envolvidos na resposta às emergências ocorridas no concelho de Óbidos e noutros concelhos do distrito de Leiria;

2. Determinar que o mesmo seja exarado em ata e dado conhecimento público nos termos regimentais aplicáveis.”-----

Óbidos, 27 de fevereiro de 2026

A Bancada Municipal do Partido Social Democrata

A Bancada Municipal do Partido Socialista

A Bancada Municipal do Partido Chega



--- Terminada a leitura o Senhor Presidente da Assembleia disse : "Muito obrigado, Senhor Primeiro-Secretário. Relativamente a esta moção, há alguém que pretende pronunciar-se sobre o assunto?" -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Vau pediu a palavra e disse: "Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente. Relativamente a este ponto, gostaria de dizer o seguinte: embora os Presidentes de Junta sejam membros da Assembleia por inerência, considero que seria pertinente que fôssemos também conhecedores prévios deste voto de louvor. Sendo que participamos na votação, creio ser de bom tom que tenhamos conhecimento atempado do teor do documento para que nos possamos associar ao mesmo de forma plena. Falo por mim e acredito que os restantes executivos das Juntas também partilhem desta visão. Da minha parte, em relação a este ponto, era apenas esta a nota que queria deixar." -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira usou da palavra e disse: "Gostaria de reforçar a ideia de que este é um exercício de gratidão da Assembleia Municipal de Óbidos para com todos aqueles que participaram no reerguimento das comunidades afetadas. Houve muita gente na 'linha da frente' no concelho de Óbidos, mas tive também a oportunidade de constatar que muitos obidenses prestaram serviços voluntários na Marinha Grande, em Leiria e em Ourém." -----

--- Considero fundamental que este reconhecimento abranja tanto pessoas como empresas. Seria importante que a Assembleia Municipal fizesse chegar este voto de louvor às entidades e empresas que, embora identificadas, não expuseram nas redes sociais o contributo que deram. Tenho conhecimento de algumas, com sede em Óbidos, que realizaram um esforço notável para apoiar as populações atingidas. Uma vez que o voto de louvor não as particulariza, creio ser de bom tom que esta Assembleia garanta que o documento lhes chegue oficialmente.-----

Aproveito para agradecer ao Deputado Diogo Câmara, que teve a iniciativa deste voto de louvor e o alargou a todos os deputados municipais.-----

Em relação à sugestão do Senhor Presidente da Junta, Frederico Lopes, compreendo o seu ponto de vista e creio que faz sentido. Contudo, recorro que, existindo Assembleias de Freguesia, os respetivos Presidentes de Junta terão também a oportunidade de, caso considerem pertinente, reforçar este voto de louvor nos seus próprios órgãos. Agradecer nunca é demais." -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc usou da palavra e disse "Ora, muito boa noite a todos! Contrariando aqui um pouco o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta do Vau, não é o 'pese embora' ser por inerência: os Presidentes de Junta são membros de pleno direito das Assembleias Municipais. Portanto, queria chamar a atenção para o facto de que, em todas as matérias que estão aqui a ser votadas, eles têm de ser informados.-----

Tal como o PSD tem a obrigação de nos informar — e existe esse dever de ética e lealdade sobre um voto de louvor, caso queiram que o subscrevamos, os Presidentes de Junta também não podem ser esquecidos.-----

Quero reforçar este ponto: os Presidentes de Junta não são um 'pese embora'. São membros por inerência, têm toda a legitimidade e são membros de pleno direito da Assembleia Municipal, tal como os eleitos que aqui estão; a única diferença é que são eleitos pelas Juntas de Freguesia.-----

Era só esta a nota!"-----



--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira interveio e disse: “Eu queria dizer que o voto de louvor foi redigido nas últimas horas. Todos os líderes de bancada tiveram acesso à informação, toda a gente tem conhecimento do voto de louvor; foi aqui lido para todos e todos terão oportunidade de o aprovar ou de não o aprovar. Agora, todos vão votar com conhecimento do conteúdo daquilo que está escrito no voto de louvor — isso é uma certeza.

--- Não se escondeu informação de ninguém; aliás, até foi um exercício — não sei como objetivar — mas a bancada que teve a iniciativa quis que toda a Assembleia Municipal se associasse a este voto de louvor. Acho que é uma matéria consensual e, portanto, podemos pensar em outras estratégias para o futuro, para outros votos que venham a surgir nas próximas Assembleias Municipais. Mas queria aqui reforçar que, em momento algum, houve a intenção de deixar alguém de fora — muito pelo contrário.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra disse: "Muito bem! Mais alguma intervenção sobre este assunto? Não havendo, passamos para a respetiva votação. Portanto, estamos a votar o voto de louvor às entidades envolvidas na resposta às situações de emergência provocadas pela sucessão de tempestades Kristina, Leonardo e Martha.”-----

--- Foi presente o Voto de Louvor, pelo Senhor Presidente da mesa colocando o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Portanto, os serviços da Assembleia Municipal farão chegar este voto de louvor às entidades que nele são referenciadas, tentando abranger o máximo possível das mesmas.-----

Passando agora para o período de intervenção dos Senhores Deputados presentes, e importa dizer que os Presidentes de Junta são Deputados tal e qual como os outros.-----

A lei gosta de fazer a distinção entre membros eleitos e membros por inerência, mas a própria proposta que a Mesa aqui fez, no sentido de introduzir no Regimento o Ponto 2 (que consagra a designação de 'Deputados' a todos os membros da Assembleia, mostra claramente que esse é o entendimento da Mesa, do Presidente e, com certeza, de todo o Plenário.-----

Intervenções para este período da Ordem do Dia? Como são bastantes, são nove, pedia a todos que fossem objetivos e sintéticos, para podermos fazer uma boa gestão do tempo.”

--- O Senhor Presidente da Junta do Vau usou da palavra e disse: “Mais uma vez, boa noite! Vou, na verdade, repetir-me um bocadinho, porque tinha isto preparado e, portanto, fui agora apanhado um pouco de surpresa com a questão do voto de louvor. Naturalmente, farei esta intervenção em meu nome e em nome da Junta de Freguesia do Vau. Trago aqui três pontos. Na verdade, dois deles são mais uma questão para o Senhor Presidente da Câmara, mas o primeiro ponto é um agradecimento natural, que considero justo, e por isso mesmo aprovámos aqui em conjunto, por unanimidade, o voto de louvor. Considero justo que seja reconhecido publicamente o esforço de todas as pessoas que estiveram envolvidas nestas intempéries que assolaram o nosso concelho.-----

Assim, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, agradeço a todos os serviços da Câmara Municipal de Óbidos, aos serviços municipais de Proteção Civil, a todos os Presidentes das Freguesias do concelho de Óbidos, aos Bombeiros Voluntários de Óbidos, à GNR, às equipas da E-Redes — que tiveram um trabalho incansável na tentativa de reposição da eletricidade no nosso concelho — e aos voluntários que estiveram no terreno pela pronta colaboração e pelo trabalho desenvolvido nos dias seguintes. Este era,



naturalmente, o agradecimento que queria partilhar convosco em nome da Junta de Freguesia do Vau.-----

O segundo ponto tem a ver com a questão da ponte do Arelho. Já foi referido pela Senhora Sílvia Sousa e, pelo que percebi da resposta do Senhor Presidente, estão a aguardar uma vistoria para garantir a segurança dos seus utilizadores. Esta pergunta surge porque nós, enquanto Presidentes de Junta, também somos questionados sobre se a ponte garante segurança, se teve alguma vistoria. Naturalmente, agora já saberei responder que estamos a aguardar essa vistoria.-----

Mas queria também referir — e importa que o Senhor Presidente tenha conhecimento — o incumprimento constante por parte de condutores de viaturas pesadas. Sei que existe lá um sinal, sei que não somos polícias e que a própria GNR não pode estar ali preventivamente 24 horas por dia, mas penso que deveria ser estudada uma solução para aquele local. Poderei depois partilhar com o Senhor Presidente algumas das soluções que considero possíveis e, naturalmente, rever e equacionar a proibição efetiva da passagem deste tipo de viaturas pesadas.-----

O terceiro ponto, ainda relativamente à questão do Arelho, é mais uma questão: perante o fecho provisório durante a subida do rio, está previsto no planeamento municipal a construção de uma nova ponte que responda às necessidades dos seus utilizadores? Da mesma forma, quero partilhar — e aqui me disponibilizo — que, caso haja necessidade e seja possível a colaboração da Freguesia do Vau, estamos disponíveis para ajudar naquilo que estiver ao nosso alcance.”-----

--- O Senhor Deputado José Marques usou da palavra e disse: “Muito obrigado, Sr. Presidente! Na sua pessoa, cumprimento a respetiva Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os excelentíssimos Srs. Vereadores, os excelentíssimos Srs. Deputados, o público aqui presente, a comunicação social, todos os colaboradores da Câmara Municipal que garantem esta sessão e, naturalmente, gostaria de fazer aqui uma pequena reflexão e, depois, colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara.-----

A reflexão é esta: fomos confrontados com uma situação invulgar, uma situação que, muitas vezes, as pessoas esquecem — vivemos num mundo de fragilidades. E este mundo de fragilidades veio, mais uma vez, demonstrar que nunca estamos totalmente preparados. Por muito que queiramos, por muitos planos que tenhamos, por muitas relações que sejam concebidas, há algo que não podemos descurar e que me parece essencial — e já o referi noutras ocasiões — no que diz respeito à segurança da nossa população: é extremamente importante realizarmos exercícios de simulacros de determinadas características e eventos, através dos serviços competentes, nomeadamente o Serviço Municipal de Proteção Civil da nossa Câmara.-----

Estamos numa zona de risco sísmico, estamos junto ao mar, estamos sujeitos ao que aconteceu: ventos ciclónicos que causaram aquilo que todos tiveram oportunidade de ver e, como se isso não bastasse, tivemos ainda uma densidade pluviosa que originou cheias completamente impensáveis há uns tempos atrás. Portanto, ao longo do ano, temos de criar condições para que se façam exercícios sobre vários cenários. É com esses exercícios que conseguimos melhorar as prontidões; é com esses exercícios que conseguimos melhorar tudo aquilo que, quando somos confrontados com a realidade, nos faz, por vezes, hesitar sobre qual será a melhor opção, quais os melhores equipamentos a utilizar, e assim por diante.-----



É uma área que me diz muito na minha vida profissional; trabalhei muito em proteção civil e isso é, penso eu, do conhecimento geral.-----

Gostaria então de perguntar ao Sr. Presidente, face ao que aconteceu e às capacidades demonstradas — que muito louvo, e pelas quais, naturalmente, os obidenses e os munícipes estarão agradecidos — que lições aprendidas poderão ser retiradas para que, em futuras situações, seja em exercícios ou em cenários reais, possamos melhorar?-----

Nomeadamente ao nível das comunicações, que é um ponto fundamental. Toda a gente hoje critica o sistema de comunicações chamado SIRESP, mas, mesmo assim, se não existisse o SIRESP, muitas das operações que ocorreram não teriam sido possíveis. O sistema foi concebido para funcionar; se não funcionou em determinadas situações, há que considerar a gravidade dos eventos meteorológicos que enfrentámos. Temos um sistema baseado em estruturas físicas que são rapidamente derrubadas por ventos ciclónicos.-----

Pergunto: de que forma poderíamos garantir o funcionamento das comunicações? Já existem outras capacidades tecnológicas, já temos recursos via satélite; talvez seja necessário pensar numa reformulação do sistema de comunicações, utilizando meios mais sofisticados.-----

Ao nível da mobilidade dentro do território também: o que aprendemos com estas circunstâncias? E ao nível do apoio às populações — zonas de concentração, apoio previsto, entidades envolvidas?-----

Portanto, se fosse possível, gostaria de ouvir um pequeno resumo daquilo que foi constatado e que terá de ser melhorado, e que, naturalmente, a Câmara já estará empenhada — e todos acreditamos que sim — em criar melhores condições e adquirir equipamentos, se necessário, para que, em futuros eventos, em exercício ou na realidade, estejamos muito mais preparados.”-----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de A dos Negros disse: “Muito boa noite, Sr. Presidente e restante Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e restantes Vereadores; cumprimento também o público em particular e os demais presentes.-----

--- De facto, também me vou repetir um pouco, mas, para todos os efeitos, a minha voz aqui é a voz de A-dos-Negros e não a quero deixar de manifestar. Como o Sr. Presidente pediu brevidade: reflexão, exortação, mas também um reconhecimento que, na prática, é uma repetição do que fizemos há pouco com o voto de louvor.-----

Não há dúvida nenhuma de que tivemos, de facto, um tempo extraordinário — aqui duplamente “tempo”, porque é meteorológico e é também cronológico. Julgo que nenhum de nós tinha memória daquilo que vivemos. Os efeitos são bem conhecidos; não interessa estar a repeti-los.-----

Noto que houve dificuldade — e a responsabilidade ultrapassa cada um de nós — na previsão, porque 12 horas antes ninguém antecipava o que poderíamos vir a viver naquela madrugada. Demos uma resposta imediata. Foram efetivamente muitas as mãos; foram mais do que as máquinas fotográficas. Foram, definitivamente, muitas mãos a trabalhar. Houve total disponibilidade de todos, houve muita entrega — uma entrega particularmente generosa, não só dos responsáveis e das empresas envolvidas, mas também, e muito, do cidadão na sua individualidade.-----

Nessas primeiras horas e nos primeiros dias, sem dúvida nenhuma, fizemos aprendizagens que importa agora concretizar com o que se aprendeu. Depois de tudo, é de justiça que A-dos-Negros reconheça todo o trabalho que foi feito, todo o trabalho que está ainda a ser



realizado e que continuará nos próximos tempos.-----

Existe, com certeza, uma resposta estrutural e, no dia seguinte, vamos necessariamente continuar a acompanhar os cidadãos e as suas necessidades. Não tenho dúvida nenhuma: quer o Município, quer as Freguesias, assim como a próxima Administração Central, estão já a encontrar as respostas necessárias. Importa, contudo, torná-las conhecidas e, sobretudo, torná-las presentes, e exigir que outros responsáveis o façam exatamente da mesma forma.-----

Para não me alongar, em nome da Freguesia, deixo apenas duas conclusões finais: todos sabemos — e devemos ter sempre presente — que quem tem responsabilidades autárquicas tem de assumir todos os problemas como seus. E quero exortar que a motivação que nos moveu nas primeiras horas continue a mover-nos nos próximos tempos.”-----

--- A Senhora Deputada Adélia no uso da palavra disse: “Muito boa noite, Sr. Presidente, membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, excelentíssima Dra. Cristina Vieira, a todos os colegas das respetivas bancadas, bem como ao público e a quem nos está a dar apoio — comunicação social, secretariado — agradeço a todos!-----

Portanto, já sabemos que foram quatro meses de chuva; houve dois dias, de facto, de chuva muito intensa. Não posso deixar de responder ao que o Sr. Presidente referiu e continuo a dizer — e continuarei a dizer — que ainda bem que o rio foi limpo. Mas sabemos que toda a madeira foi enterrada na mota do rio, nas margens do rio; e essa madeira deve estar hoje algures no Oceano Atlântico ou pelos caminhos circundantes ao rio. -----

O rio devia ser limpo a montante e a jusante — são duas coisas distintas — e deviam ser limpos o Rio Real e o Rio Arnóia. É triste passarmos pelo Rio Arnóia, quando já tinha chovido muito, e ver que o rio estava repleto de ervas até acima; as ervas estavam a crescer mesmo na parte em que existe cimento. Isto é público, e mesmo a madeira enterrada é pública; não estou a acrescentar nada, não estou a exagerar nada, as pessoas podiam constatar. Neste momento não podem, porque, por exemplo, a estrada que passa entre a Amoreira e o Sobral da Lagoa, onde passa o Rio Real, está cortada e não se pode lá passar. E possivelmente tão depressa não se vai passar, porque o rio, com a força da água, levou tudo — e o rio estava limpo a montante.-----

Quero também realçar que há várias estradas que agora não permitem que os agricultores possam ir para o campo trabalhar. Temos um trabalho na área da fruticultura em que as pessoas precisam — e noutras áreas também — mas sabemos que plantar determinadas coisas poderá ser um pouco mais tarde; agora, fazer podas e pulverizar tem de ser agora. As pessoas precisam de passar com carros, com máquinas, com pessoal. Portanto, há estradas muito necessárias — o Sr. Presidente sabe bem, não sei se todos os membros aqui sabem — e há necessidade urgente de essas estradas serem arrançadas, de se começar a trabalhar nisso. Ou será que vamos ainda esperar pelas chuvas de abril? É que em abril costuma chover muito. Isto não é nenhum fenómeno; isto são chuvas que quem tem idade, como eu, sabe como eram nos tempos antigos. Portanto, temos de olhar para isto com seriedade.-----

Temos tecnologia hoje; temos de pensar em ter máquinas, ter funcionários, pagar bem aos funcionários — pagar-lhes em dinheiro ou em dias de férias — para que possam trabalhar nas horas normais e mais um extra. Temos de fazer esse apelo. Temos um concelho bastante rural, em que as pessoas vivem, na maioria, da agricultura, e precisam das estradas devidamente cuidadas. Não é descartar para as Juntas de Freguesia.-----



Quero também dar os parabéns ao Presidente da Junta de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa pelo empenho que teve durante estes momentos mais difíceis na nossa freguesia. Mas não são as Juntas de Freguesia que vão ter capacidade económica, nem de pessoal. Tem de ser um esforço conjunto, para irmos arranjar as estradas para os nossos agricultores poderem passar.-----

E eu quero, da parte do Sr. Presidente da Câmara, que faça mais ou menos uma perspetiva para eu poder responder a várias pessoas que me abordaram sobre esse assunto.”-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “Então, muito boa noite a todos, sem exceção. Votos antecipados de bom fim de semana e de bom trabalho, que já começou há algum tempo — já vamos com quase duas horas de trabalho e ainda temos uma agenda bastante grande pela frente.-----

Bom, Sr. Presidente, dirijo-me a si, desde logo, em primeiro lugar, relativamente à atribuição da medalha que foi feita aqui na sessão: aquilo que lhe queríamos pedir era que, quando houver situações similares, nos faça chegar essa informação previamente. De facto, fomos apanhados desprevenidos e creio que não havia necessidade dessa surpresa, ainda que tenha sido uma surpresa positiva.-----

Relativamente à questão das propostas à Mesa, que possam ter iniciativa de uma ou de outra bancada parlamentar, creio que será de bom tom — e temos conseguido — fazê-lo com alguma antecedência, porque, de facto, quando é tudo em cima do joelho não conseguimos ter tempo para avaliar tudo em pormenor. Portanto, deixo também aqui um pedido à bancada do PSD e, naturalmente, à do Chega ou a qualquer Presidente de Junta que queira fazê-lo: que consigam apresentar essas propostas com algum tempo, para que possamos ler com atenção e sugerir alterações. Creio que todos nós só temos a ganhar com esta colaboração. Sei que muitas vezes não o fazem por uma questão de tempo — eu também percebo — mas não posso deixar de dar esta nota e fazer este pedido.-----

Depois, muito se tem falado das questões das tempestades. Enfim, as minhas questões são relativas a matérias prévias à tempestade; são situações que já perduram há algum tempo no nosso território e que me parece fazer sentido voltar a referir.-----

Relativamente à Estrada Nacional 8, na ligação entre a ponte, digamos assim, e o caminho do Senhor da Pedra, é uma situação que está há mais de um ano por resolver. Não me parece que, é claro que a tempestade pode ter atrapalhado um pouco mais as situações, mas, ó Sr. Presidente, já começa a ser um bocadinho demais! Ainda na última Assembleia Municipal, quando vinha a dirigir-me para minha casa, vi várias pessoas no meio da estrada. Acho que é bastante grave. Se acontecer ali algum acidente, não vamos gostar — eu, certamente, não gostaria — e não posso deixar de voltar a chamar a atenção para este assunto. Aliás, comecei a falar disto em reunião de Câmara ainda quando fazia parte do órgão executivo.-----

Depois, relativamente às paragens de autocarro. É uma matéria que temos falado com muita recorrência, sobretudo em sede de órgão executivo, mas que, não estando lá agora, faz sentido trazer aqui a este plenário. Existe pelo menos uma paragem de autocarro — ou, pelo menos, um local onde as crianças esperam a camioneta para se dirigirem para vários locais — situada no Alto das Gaeiras, em frente ao restaurante (passo a expressão e a publicidade) “Vale dos Ventos”. Sei que aquela estrada não é municipal, depende da autorização de outra entidade, mas parece-me que não é possível que crianças, jovens ou adultos continuem quase no meio da estrada à espera do autocarro. Mais uma vez, uma



questão de segurança. Se algum dia acontecer ali alguma coisa, volto a dizer: não gostaria de ficar com esse ónus, e penso que ninguém gostaria.-----

Ainda relativamente às paragens de autocarro e aos alunos da Escola Josefa de Óbidos: há muitos alunos que esperam as camionetas a seguir à PRIO. Estão ali sentados e têm os pés no alcatrão. Quem passar lá verificará que não estou a exagerar. Há uma paragem do lado de cá, mas do outro lado não existe. Estas são situações, como digo, com muitos anos e que nada têm a ver com a tempestade, mas têm a ver com a inércia que o executivo em maioria tem relativamente a estas matérias. Porque não é nada de novo — e lamento ter de o dizer desta forma — mas o Sr. Presidente sabe que sou muito direta e uso as palavras com alguma propriedade.”-----

--- A Senhora Deputada Ilda Cruz no uso da palavra disse: "Boa noite a todos e a todas! Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Dr. Fernando Jorge, e nele cumprimento a Mesa, os Srs. Vereadores, Deputados, o Sr. Presidente Eng. Filipe Daniel, os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, a comunicação social e colaboradores do município aqui presentes.-----

“A minha intervenção congratula, na pessoa do Sr. Presidente, a estratégia e visão na expansão da promoção turística, em mais uma marcante presença na BTL, a decorrer na FIL, em Lisboa, até domingo, dia 1 de março. Este evento é um marco incontornável no setor turístico, uma plataforma estratégica que impulsiona negócios, fortalece parcerias e coloca Óbidos no centro das grandes oportunidades globais, juntando profissionais, investidores e público final.-----

Este ano, o stand conta com a presença de três importantes agentes turísticos: os campos de golfe Praia D’El Rey e Royal Óbidos, e ainda o lançamento do Surfers Cove, projeto inovador com a primeira piscina de ondas em Portugal, que abrirá portas brevemente. Tal como no dia da inauguração, Óbidos ‘faz acontecer’ uma degustação dos produtos endógenos: ginjinha, maçã e os afamados vinhos. Na animação, temos danças medievais e declamação de poesia; uma escultura de chocolate, esculpida ao vivo, adoça o ambiente e inspira o próximo Festival do Chocolate.-----

Nos tempos que decorrem, um pouco difíceis, Óbidos afirma-se solidário, mas resiliente, pelo bem-estar das suas comunidades, expresso na dinamização da economia e no despertar de paixão nos seus visitantes, com experiências únicas para públicos diversos. A prova está em manter a agenda de eventos, como o Festival do Chocolate, de 6 a 22 de março, já na sua 27.^a edição, onde a inovação e a criatividade são fatores determinantes para o vasto sucesso, este ano dominado pela arte.-----

A Semana Santa, iniciada a 22 de fevereiro e que culminará com o domingo pascal de 5 de abril, é constituída por momentos de reflexão, mas também por um programa turístico e cultural convidativo.-----

Óbidos, considerado um destino de excelência, galardoado como uma das 7 Maravilhas de Portugal, Cidade Criativa da UNESCO e uma das *Best Tourism Villages* do mundo, vai continuar a trilhar este caminho, posicionando-se como um destino diferenciador, criativo e inovador.”-----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Miguel Oliveira disse: “Gostaria de dar os parabéns ao executivo pelo forte investimento na formação docente. Tivemos a oportunidade, no sábado passado, de receber na Praça da Criatividade o Seminário Internacional ‘O poder de brincar na construção do pensamento matemático’. Esta foi uma iniciativa promovida pela Associação de Profissionais de Educação de Infância, pela



Associação de Professores de Matemática e pela Câmara Municipal de Óbidos, que destacou o brincar como elemento central na educação e no desenvolvimento do pensamento matemático.-----

Esta iniciativa juntou investigadores internacionais e nacionais, professores de diversas universidades e politécnicos do país e cerca de 300 educadores para falar de matemática e de pensamento matemático com crianças dos 0 aos 6 anos. É realmente impressionante ver que tantos educadores portugueses se deslocaram a Óbidos para discutir estas questões.-----

Portanto, trazer este tipo de eventos com projeção nacional e internacional, integrando também docentes do Agrupamento de Escolas de Óbidos, das IPSS e dos privados, constitui, inequivocamente, um investimento na educação das nossas crianças e na formação dos nossos docentes.-----

Gostaria ainda de referir que, neste evento, o nosso Presidente teve a 'ousadia' de anunciar uma nova iniciativa inovadora: a 1.ª Residência Pedagógica, que reunirá autores locais, nacionais e internacionais para pensar os espaços educativos exteriores. Nesta residência procurar-se-á iniciar um processo de naturalização dos espaços de jogo e de brincar, bem como o planeamento destes espaços nas escolas, nos jardins de infância e na comunidade obidense."-----

--- O Senhor Deputado Vítor Rodrigues no uso da palavra disse: "Então, boa tarde a todos! Vou fazer aqui um apanhado de algumas coisas e acrescentar mais duas ou três intervenções, no seguimento daquilo que a nossa Deputada Ana Sousa já referiu — e que o Sr. Presidente também já me conhece a esse nível, pelos anos que já passámos noutros contextos.-----

Ouvi aqui algumas coisas. Nomeadamente, ouvi o Sr. Presidente falar em A-dos-Francos. Em relação a A-dos-Francos, lembrei-me de uma conversa que tive com alguém que vive precisamente lá e que, quando viu que as águas em A-dos-Francos estavam paradas, chamou a atenção. Já não me lembro se foi no próprio dia ou no dia seguinte a termos aberto aqui as barragens para haver água, mas uma coisa é certa: quando A-dos-Francos tem água e as pessoas estão a nadar no meio dela, alguma coisa está a acontecer na nossa barragem. Não sei se terá sido ou não uma causa para haver água a mais, como já foi dito no início desta sessão, mas a questão é precisamente essa: a gestão da nossa barragem. Também já foi levantado por outras pessoas se terá havido, ou não, a melhor gestão.-----

Também ouvi aqui falar sobre a limpeza dos rios, o que acho extremamente curioso. Ouvi o Sr. Presidente dizer que cabe aos confinantes a limpeza do rio. Acho curioso porque já questionei variadíssimas vezes, nomeadamente o presidente antecedente, e o único culpado que havia de tudo era a APA [Agência Portuguesa do Ambiente]. Na altura, não se limpava o rio porque a APA não deixava; não se arrumavam as margens porque a APA não deixava. Agora, pelos vistos, pelos planos do Sr. Presidente, o que faltou em Óbidos foi a APA... Que grande entidade que é a APA, para o bem e para o mal! Não consigo perceber: já chamei variadíssimas vezes a atenção sobre essa matéria e estamos aqui a chegar à conclusão de que, se calhar, os rios deveriam estar limpos. Passaram-se quatro anos, mais outros quatro, e fica aqui esta nota que achei 'deliciosa'.-----

Depois, gostaria de questionar o Sr. Presidente — e também já foi referido pela Deputada Adélia — sobre o seguinte: depois destas tempestades todas e de tudo o que foi feito, o que é que falta ainda fazer e a que nível? O que está preparado? Que planos de ação



existem para recuperar o que foi danificado e para quando? Para que os agricultores possam voltar, e para situações como a recolocação de sinalização, pavimentação e corte de árvores. Gostaria de saber qual é o volume e qual é a previsão do restabelecimento.---- Só mais duas coisas. A Deputada Ana falou sobre a Estrada Nacional e eu também tenho esse apontamento. Sendo Óbidos um ‘destino diferenciador e criativo’, a minha pergunta é: isso deve ter a ver com as ervas que crescem em tudo o que é sítio? Nas bermas, nos chafarizes, nas muralhas... Talvez seja esse o desenho diferenciador de Óbidos: os pinos caídos junto à paragem, as pedras da calçada soltas. É isso que eu constato, e quem andar por Óbidos percebe que existe. Não é uma chamada de atenção de hoje — o Sr. Presidente sabe disso — mas sinto que Óbidos está abandonado.-----

Por fim, uma questão que não consigo perceber. Gostava de deixar o meu apreço e solidariedade para com a família que perdeu tudo na Capeleira — uma empresa de fruta que perdeu toda a zona de armazenagem e embalamento; perdeu a empresa na totalidade. Agora, no seguimento desta tragédia, eu não estava cá, estava a 300 km, e acompanhei tudo pela televisão. Sr. Presidente, fiquei chocado quando as reportagens diziam que o comando daquela operação pertencia aos Bombeiros das Caldas, porque Óbidos não tinha comandante. Então, o que é que aconteceu num momento destes? Já se falou aqui sobre proteção civil; então, num ato daqueles, o nosso comandante, responsável pela proteção civil do município de Óbidos, não está? E as notícias, a 300 km, são de que o comandante é o das Caldas da Rainha? Fiquei chocado — é deprimente. Onde é que está Óbidos? Qual é a diferença em relação a outros concelhos?-----

Não sei, Sr. Presidente, relativamente a esta situação do Elias se existe alguma preocupação ou posição da Câmara. Era isto. Obrigado pelo tempo.”-----

--- Usando da palavra a Senhora Deputada Natália Leandro disse: “Muito boa noite a todos! Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os membros da Mesa da Assembleia Municipal, os meus colegas Deputados, o público em geral e os colaboradores do Município.”-----

O assunto sobre o qual quero falar está relacionado com o infeliz acontecimento do passado domingo, na empresa do Elias Timóteo, e desde já gostaria de manifestar o meu profundo lamento e tristeza pelo que aconteceu àquela família; não merecia, de todo, passar por isto.

--- Queria apenas dizer o seguinte: sei que a Câmara Municipal tem prestado apoio à situação esteve lá, inclusivamente, e ainda bem — e queria deixar aqui um alerta. Numa situação destas, penso que seria também importante haver um apoio aos moradores circundantes, não sei se por parte da Proteção Civil ou de quem seria responsável, no sentido de prestar, pelo menos, informação.-----

--- Porque o que aconteceu foi isto: moro a escassos metros da traseira daquela empresa e, a dada altura, além da coluna de fumo negro, tínhamos chamas elevadíssimas, o que fez com que eu e a minha família entrássemos em pânico. Mas, pronto, depois acalmei e fui até perto das instalações, e ninguém sabia dizer se tínhamos de evacuar ou que medidas devíamos tomar.-----

Entre as 16h e as 17h começou a haver um fumo com um cheiro horrível e também ninguém me informou de que aquilo era tóxico. Portanto, acho que nestas situações — que aconteceram e podem voltar a acontecer no futuro, oxalá que não — deveria haver informação às pessoas que vivem naquela zona sobre o comportamento a adotar.-----

Naquele momento, eu estava na rua; andei a acartar água a alguns bombeiros e, quando me disseram que aquilo era tóxico, a minha preocupação foi ir para casa, proteger os meus



pais (que são pessoas idosas), fechar portas e janelas. Foi o que me ocorreu fazer, mas penso que seria importante termos informações mais precisas sobre como deveríamos agir. Era só isto.”-----

--- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara disse: “Antes de mais, quero agradecer. Vou tentar ser sucinto e, naturalmente, esclarecedor relativamente às questões colocadas. Agradeço porque, ainda para mais neste fórum, onde nos dão a oportunidade de partilhar informações que, se calhar, muitos não dominam ou eventualmente não possuem, é importante aproveitar esta ocasião para o fazer.----- Vou seguir a ordem das questões colocadas, nomeadamente pela Junta de Freguesia do Vau, na pessoa do seu Presidente. A primeira intervenção foi de agradecimento pelo que foi feito e, portanto, acho que estamos todos imbuídos do mesmo espírito relativamente a toda a atuação e à dimensão de solidariedade e colaboração, que, aliás, é consubstanciada também numa das intervenções seguintes pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros.-----

Relativamente à questão da Ponte do Arelho, que a nossa ilustre munícipe trouxe há pouco, o ponto de situação atual refere-se a um pedido de avaliação técnica desta infraestrutura. Estamos a aguardar essa avaliação, não só desta ponte, mas de um conjunto de pontes e outras estruturas públicas ou de utilização pública, para avaliar a sua situação e, naturalmente, estarmos confortáveis com a sua transitabilidade. É o trabalho que está a ser feito e tem sido a informação que temos partilhado com quem nos aborda sobre essa matéria.-----

Relativamente ao incumprimento das viaturas pesadas, nestas ou noutras vias, há outra que está ainda em pior estado: a transição no limite das freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa para a Freguesia do Nadadouro. Também ela está proibida ao trânsito de pesados e continua a sofrer cargas muito significativas. Só com uma câmara de videovigilância, com recurso a painéis fotovoltaicos, se poderá avaliar esta situação, porque, como disse o Presidente de Junta, as autoridades não podem estar em permanência naqueles locais. Devem, efetivamente, fazer períodos de fiscalização sem aviso para penalizar os infratores. Mas, acima de tudo — e não sendo cada um de nós uma figura de autoridade de segurança pública — muitas vezes podemos fazê-lo com recurso a fotografias e tentar sensibilizar quem o faz para que não o faça, pelo risco e desgaste que todos corremos.-----

Em relação à questão de estar prevista alguma ponte ou construção de passagem para a outra margem, não está pensada, até porque a orografia do terreno é praticamente a mesma, nomeadamente naquela zona entre a boca do rio e a subida da estrada de água; toda aquela área acaba por estar na mesma cota, portanto não resolveria o problema dessa forma. Mas — e darei essa nota mais à frente — podendo ser uma necessidade, não descartamos essa observação. Não é, para já, uma prioridade, na medida em que temos situações muito mais urgentes.-----

Relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Marques, eu não denotei que não estivéssemos preparados; o que podia acontecer era não estarmos à espera. Agora, preparação e atuação, nós efetivamente demonstrámo-las. E quando digo “nós”, digo todos aqueles que estiveram no terreno e todos os que foram solidários: empresas, particulares e todos os que colaboraram. Quero dar um forte reconhecimento à colaboração desenvolvida pela comunidade e pelas Juntas de Freguesia. Partilho exatamente da mesma visão: ‘mais mãos nas ferramentas e menos nas fotografias’. -----



--- “Felizmente, não houve vítimas nem situações a lamentar relativamente a estas cheias e tempestades. Mas há lições a tirar e aprendizagens a reter. Como vos disse há pouco, tivemos precipitações consecutivas desde o início de novembro de 2025, depois das três tempestades que nos assolaram — nomeadamente a Kristina, com maior intensidade — e, naturalmente, a situação do incêndio no passado domingo, na empresa Timóteo.----- Também ontem houve uma situação a lamentar na freguesia de Santa Maria, com uma viatura que ardeu e, consequentemente, a habitação de uma das pessoas. O Município estava disponível, caso não houvesse resposta da família, para prestar o devido apoio.---- Sobre a E-Redes, muitas vezes temos dificuldades com as luminárias. Estamos a passar muitas dificuldades na Amoreira; ainda hoje recebi uma reclamação pela falta de energia, que é da responsabilidade da E-Redes para com o Município. O que fazemos é sensibilizar e reclamar. Acabei de enviar nova reclamação, agora com conhecimento da administração. É o que podemos fazer. -----

Sentimos que esta resiliência — pegando no ‘Portugal em Recuperação e Resiliência’ — é o caminho. Queremos dar-vos nota de que pensamos adquirir 36 unidades de geradores de várias dimensões: para 11 IPSS, para a Santa Casa da Misericórdia, para a Casa do Povo, para o Centro de Saúde, para o posto da GNR, para a própria Câmara, para o nosso complexo logístico e para o complexo auxiliar desportivo. Também para o Parque Tecnológico de Óbidos e para espaços comunitários nas Gaeiras, Amoreira e Óbidos. Já tínhamos considerado um grupo gerador para cada uma das freguesias; o Vau foi a que esteve mais tempo sem energia. Por fim, três grupos geradores para as estações elevatórias de água. É crítico ter água, mas não ter energia para a bombear.----- O primeiro orçamento destas 36 unidades ultrapassa meio milhão de euros (505 mil euros). Percebemos rapidamente, no dia 28, o que era crítico. Estava no posto de comando e tive de pedir aos bombeiros para passarem no Vale Escuro, onde já existiam árvores tombadas, para permitir a passagem para o Centro de Coordenação Municipal de Proteção Civil.-----

Ativámos o plano de emergência e de calamidade às 7h45; às 8h estava a reunir com o meu executivo para definir tarefas e, 45 minutos depois, reunia com os dirigentes. Às 9h30 ficámos sem comunicações, mas cada um já sabia exatamente o que tinha a fazer. Foi muito profícuo organizarmo-nos em tão pouco tempo: na educação, na ação social, olhando logo para as pessoas mais vulneráveis (hemodiálise, oxigénio, mobilidade reduzida).----- Já tínhamos previsto adquirir rádios para uma comunicação efetiva, caso as redes móveis falhem. Estamos também a testar, com uma empresa do Parque Tecnológico, o sistema Starlink, que nos permitirá uma resposta muito efetiva.-----

Foram criados três gabinetes de apoio à população. No gabinete de apoio à habitação, temos neste momento 68 candidaturas que superam os 300 mil euros. No âmbito da agricultura, foi criado um gabinete conjunto (Câmara, Centro de Gestão Agrícola e Associação de Regantes); os técnicos já colocaram 11 candidaturas, com um apoio superior a 400 mil euros. Para o apoio às empresas, foram submetidas 5 candidaturas.-----

Como dizia há pouco o Professor Floriano, temos de contribuir para que se minimizem estes fenómenos, mesmo com elevados índices de precipitação.-----

Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de A-dos-Negros, houve falhas do IPMA nas previsões meteorológicas e não vi nisso uma responsabilidade imputada à Proteção Civil ou à Câmara. Saúdo a vossa entrega.-----



Sra. Deputada Adélia Araújo, percebo que esteja exaltada, mas eu também defendo os agricultores. A madeira foi colocada por um prestador de serviços para recuperação de taludes (através de salgueiras); não se previa era uma precipitação tão intensa que a arrastasse. A Câmara fez intervenções a montante e a jusante da albufeira. Na freguesia de A-dos-Negros, limpámos cerca de 5 km de rio a montante da barragem e 5,3 km a jusante. Ainda falta concluir o lado do Bombarral, que está contratado.-----

Precisamos que as ervas fixem os taludes com as raízes; é por isso que se colocam canas nas motas dos rios. O rio só não foi limpo até à Lagoa porque não temos autorização para tal. Estamos a preparar uma candidatura aos 'Corredores Verdes' (fundos comunitários), de mais de 700 mil euros, financiada a 85%, para limpar todos os rios, ribeiras e valas hidráulicas do território.-----

Sobre as estradas e os funcionários: os funcionários têm uma tabela salarial e o código administrativo não nos permite pagar mais. Não descartámos nada para as Juntas; transferimos, de forma generosa, verbas com um aumento de 75% para os protocolos, para que tenham autonomia.-----

Sobre a APA, é a entidade que regula as autorizações. É a APA que recebe a Taxa de Recursos Hídricos e que deveria fazer as manutenções. Se eu meter uma máquina sem autorização, sujeito-me a ficar sem ela. E ainda estou à espera de autorizações, como a do rebaixamento do ancoradouro, desde agosto de 2025. Estamos a perder fundos comunitários por falta de resposta célere das entidades centrais.-----

Relativamente aos ajustes diretos, o Estado permitiu-nos agora ir até meio milhão de euros para empreitadas e 100 mil para serviços. Vamos contratar vários prestadores de serviços para atacar em força o território. Não peçam que, em dois dias, resolvamos um problema de quatro meses; é humanamente impossível. Os funcionários da Câmara já estão no limite das 150 horas de trabalho extraordinário permitidas.-----

Sra. Deputada Ana Sousa, sobre o caminho na Estrada Nacional 8 e as paragens de autocarro: o procedimento para os abrigos de passageiros caiu devido a uma reclamação de uma empresa sobre normas ISO, mas estamos a fazer um novo procedimento. Não há inércia do executivo; as prioridades é que, muitas vezes, nos alteram as voltas.-----

Sobre a promoção turística na BTL, mencionada pela Sra. Deputada Ilda Cruz: é fundamental continuarmos a promover o que de melhor fazemos. Óbidos esteve presente com agendas inovadoras, incluindo a estratégia de gaming e indústrias criativas.-----

Quanto à educação, mencionada pelo Deputado Miguel Oliveira, o seminário sobre o pensamento matemático foi um sucesso e superou as expectativas. A Residência Pedagógica é um passo para construir a pedagogia em comunidade, envolvendo pais, educadores e autarcas.-----

Finalmente, ao Deputado Vítor Rodrigues: a água em A-dos-Francos desloca-se por capilaridade e gravidade, vindo da bacia hidrográfica; não percebi a relação com a gestão das cheias. Sobre as ervas no concelho, estamos a pagar a um prestador de serviços (Alucena e Lucena) que não tem estado à altura. Já enviámos imensos relatórios e estamos a fazer diligências para rescindir o contrato por incumprimento.-----

Óbidos não está abandonado; por isso é que recebe 3 milhões de visitantes. Tivemos, finalmente, autorização para recuperar o telhado da Igreja de São Martinho. -----

Sobre a empresa na Capeleira, eles não perderam tudo porque o motor daquela empresa são as pessoas. Contam com o apoio total da Câmara e, segundo os próprios, temos sido inexcedíveis." -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia em conclusão disse: "Muito obrigado, Sr. Presidente! Face ao tempo que houve nas questões e na resposta do Sr. Presidente da Câmara, o tempo para este ponto está largamente ultrapassado. Pelo que vamos passar, naturalmente, ao Ponto 3. -----

Temos entre nós uma convidada que está à espera para este ponto, que é a Dra. Maria da Graça Pereira, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Ela disponibiliza-se sempre, todos os anos, para estar presente e para prestar alguns esclarecimentos que, nomeadamente, os Srs. Deputados necessitem" -----

--- **PONTO TRÊS - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ÓBIDOS, RELATIVO AO ANO DE 2025 PARA CONHECIMENTO:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto e disse: "Os Srs. Deputados tiveram acesso ao relatório. Não sei se têm alguma questão a colocar à Sra. Presidente da CPCJ da leitura que fizeram; se há algum pormenor ou alguma situação que vos levantou alguma dúvida, algum pedido de esclarecimento, temos aqui a Dra. que está disponível para o fazer. Portanto, reconheço que, pelo segundo ano consecutivo, temos o relatório. Isso não acontecia antigamente; ao longo dos anos, não tínhamos acesso a esse relatório. Temos agora e temos uma ideia clara de como é que temos o número de casos que é acompanhado, as problemáticas mais importantes desse relatório e também as faixas etárias. Enfim, há um conjunto de informação importante. Algum pedido de esclarecimento?"

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo usou da palavra e disse: "Portanto, a minha intervenção é mais uma observação que quero fazer, porque acho que se deveria apostar mais na prevenção. Sabemos que, segundo a Fundação Francisco Manuel dos Santos, existem 300 mil crianças e jovens que estão no limiar da pobreza; eles devem estar espalhados por todo o território nacional e haverá, com certeza, alguns em Óbidos.-----

Como todos sabemos, as crianças passam o dia inteiro na escola e os pais estão pouco tempo com elas — temos de ter noção disso. Mas é na escola que os professores e os funcionários se apercebem dos problemas que as crianças começam a apresentar. Eu acho que há muitas pessoas atentas na escola, mas vejo que, muitas vezes, não há uma relação entre detetar esses problemas e começar a aplicar a prevenção que deveria ser feita.-----

Temos uma lacuna muito grande: há psicólogos na escola, mas muitas vezes as crianças que precisam de acompanhamento psicológico também precisam de ser acompanhadas por um pedopsiquiatra. E isso está longe de nós; é muito difícil conseguir. Ou se tem dinheiro, ou então é muito difícil garantir que uma criança seja acompanhada nesse sentido.-----

Portanto, deixo aqui mais um alerta para que se faça uma aposta na prevenção dos casos que surgem e para que haja mais atenção nas escolas. Não sei exatamente que gabinete deveria ser criado, nem se deveria existir um gabinete de enfermagem ou outra estrutura nas escolas para acompanhar as crianças que entram na fase da adolescência e que, muitas vezes, precisariam de um acompanhamento diferente.-----

Sou muito adepta da existência de um gabinete de enfermagem na escola, que funcionasse durante algum tempo. Teria uma enfermeira e uma psicóloga — não quer dizer que estivessem lá permanentemente — mas que houvesse um espaço físico que desse apoio a muitas crianças que sei que existem no concelho e que precisam desse acompanhamento. Porque, quando temos conhecimento de um caso, percebemos depois que há outros que também precisavam de ser acompanhados, porque as famílias não



conseguem.-----

Era só o que tinha a dizer, obrigada.”-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa usando da palavra disse: "Bom, muito rapidamente Também tive a oportunidade de analisar o relatório. Os relatórios são importantes para ficarmos com uma ideia clara do que se passa no nosso concelho e, portanto, agradeço à Presidente da CPCJ por nos ter feito chegar o mesmo.-----

Gostava de deixar registados estes números em ata, porque creio que são, de facto, importantes: tivemos 50 processos que entraram em 2025; foram arquivados 30 processos e ficaram ativos 20. Desses 30 processos arquivados, 11 foram remetidos para o Ministério Público. Isto significa que estas 11 crianças — que, à partida, poderíamos pensar que eram casos resolvidos — não o estão. Significa que as famílias não consentiram o acompanhamento da CPCJ. Sempre que há um encaminhamento para o MP, é, na grande maioria das vezes, por esta razão.-----

Portanto, há 11 crianças correspondentes a esses 11 processos arquivados que não nos dão segurança de que, neste momento, estejam com uma medida de proteção ou de que a sua integridade e o risco a que estavam sujeitas estejam já ultrapassados.-----

Por outro lado, gostaria que olhassem para o mapa da faixa etária. Se verificarmos as crianças entre os 0 e os 5 anos, temos 11 crianças sinalizadas no nosso concelho; entre os 6 e os 10 anos, temos 14 crianças sinalizadas — isto já para não falar das restantes faixas etárias. Ou seja, uma única criança sinalizada já seria motivo para nos preocuparmos. Portanto, quando olhamos para este número — 50 — pode parecer pequeno comparativamente a outros municípios, mas, na verdade, 50 crianças que estão ou foram sinalizadas não é pouco.-----

Devemos olhar para isto com cuidado e continuar a pedir que a CPCJ faça o seu trabalho, que as entidades que estão na primeira linha denunciem as situações e que nenhum de nós seja cúmplice por não reportar as situações que estão a ocorrer no nosso concelho --- Obrigada.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “Quero aproveitar para agradecer todo o trabalho desenvolvido pelo corpo técnico do Município e por toda a equipa da CPCJ, acima de tudo porque é um trabalho muito importante no território. Olhamos para estes números, como a Deputada Ana Sousa disse, com preocupação. Um caso já nos preocupa, mas, acima de tudo, importa percebermos as razões e tentarmos atuar a montante daquilo que são estas identificações relativamente às crianças sinalizadas.-----

Queria, portanto, enfatizar o bom trabalho técnico que tem vindo a ser desenvolvido, toda a estrutura e toda a competência que têm sido demonstradas no acompanhamento e na sinalização. Antes de mais — e aqui, reforçando aquilo que a Deputada Ana referia há pouco — é importante estarmos todos atentos e denunciar, porque isso é, naturalmente, a favor das crianças e da sua saúde e bem-estar. -----

Queria reconhecer o trabalho realizado, mas, acima de tudo, mostrar que estamos atentos, vigilantes e preocupados, naturalmente, com as circunstâncias que podem estar na origem destes números. É claro que maior vigilância e maior fiscalização se traduzem num maior número de casos; não quer dizer que no passado não pudessem ter existido, mas hoje há uma maior predisposição para sinalizar.-----

Acima de tudo, que consigamos atuar para que estas situações não aconteçam, com a maior eficácia possível.” -----



Retomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: "Muito obrigado, Sr. Presidente! Daria a palavra agora à Dra. Maria da Graça.-----
Efetivamente, ouviu as intervenções de, pelo menos, dois dos nossos deputados e do Sr. Presidente da Câmara. Eu apenas acrescentaria que, das problemáticas, aquela que mais sobressai é a questão da violência doméstica, e isso é significativo, não é? Um valor bastante importante do número de casos situa-se na violência doméstica, violência doméstica a que, normalmente, as crianças assistem, seja entre pai e mãe ou entre familiares. -----

Embora haja casos, penso que são três, em que elas próprias são alvos da violência doméstica. Eu acho, portanto, que é aqui que está um dos pontos fundamentais, que se vai entroncar com a nossa sociedade também. Era essa a observação de preocupação que faria: que, na verdade, hoje em dia, no século XXI, já a caminhar para os anos 30 do século XXI, tenhamos situações problemáticas que são extensíveis a todo o território nacional. Não é algo próprio de Óbidos, temos a consciência plena disso; mas que, na verdade, a problemática fundamental e a mais tipificada seja, efetivamente, a violência doméstica. ----
Tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens." -----

--- No uso da palavra a Dra. Maria da Graça Pereira disse: "Muito obrigada. Começo já por agradecer. Boa noite a todos. Muito obrigada pelo convite, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia; agradeço também ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Presidentes de Junta e aos Srs. Deputados aqui presentes.-----

Quero começar, se me permitem, por fazer um agradecimento à Câmara Municipal e à Sra. Vereadora Soraia Saramago. Apesar de a Comissão ser uma instituição autónoma — pertencemos à Comissão Nacional e funcionamos com parceiros, ou seja, representantes de diferentes organismos, incluindo um representante da Câmara — nós não pertencemos à Câmara. Somos autónomos. No entanto, precisamos sempre de apoio logístico, inclusive ao nível do edifício; é com a Câmara que fazemos essa ligação e, em nome da minha equipa, quero deixar este agradecimento.-----

Quero também agradecer às nossas forças de segurança, à GNR, que tem sido incrível e impecável, seja de noite, de dia, ao sábado, domingo ou feriados. O Sr. Comandante tem sido incansável. É uma equipa que percebe a problemática e entende que precisamos sempre de apoio, porque os casos são extremamente complexos — e cada vez mais. Precisamos sempre de alguém que nos acompanhe. Devem compreender que, em situações de urgência, quando recebemos uma sinalização urgente e temos de atuar rapidamente, ou até, em última instância, ir à casa de uma família, nós não temos legitimidade para entrar; só as forças de segurança a têm. Mesmo assim, para o fazermos dentro da habitação, temos de ter um mandado de condução, e normalmente esses mandados são legitimados pelo Tribunal, e não pela Comissão. Portanto, queria começar por estes dois agradecimentos.-----

Relativamente ao relatório, se o leram, perceberam que a Comissão tem uma Comissão Restrita e uma Comissão Alargada. A Restrita pertence à Alargada, mas a Alargada não pertence à Restrita. A Restrita, como o nome indica, trabalha os processos através das sinalizações que chegam; fazemos todas as diligências e acompanhamos o processo. A Alargada trabalha na prevenção.-----

Posso dizer-vos — começando pela nossa Alargada — e quero fazer aqui um agradecimento público aos 12 intervenientes, que, pela primeira vez, e estou nesta Comissão há sete anos, sendo Presidente desde setembro de 2024, em 2025 fizemos



atividades dentro das nossas possibilidades. Note-se que a Alargada só está connosco sete horas por mês, e o ano tem 12 meses (tirando agosto e dezembro). Como precisamos de quórum para votar as atividades, fizemos aqui, com os parceiros — GNR, Escola de Música, Câmara Municipal, escolas e a área desportiva — um trabalho que considero excelente. —“Este ano estamos a trabalhar para que haja mais eventos focados na prevenção. Queremos tentar ir às escolas; no ano passado tentámos por duas vezes fazer esclarecimentos sobre como a Comissão trabalha, o que é um Tribunal e como se faz uma sinalização, mas não foi possível.-----

Posso também dizer-vos que, no ano passado, sofri um grave acidente em janeiro: fui agredida gravemente por um pai e tive de estar afastada para recuperar fisicamente. Por tudo isto, não nos foi possível trabalhar mais nessa área.-----

Como a Sra. Deputada referiu, as crianças passam mais tempo na escola, mas as escolas também precisam de saber como ajudar; nós não nascemos ensinados.-----

Passando à Restrita, onde trabalhamos os processos: chegaram-nos 50 sinalizações. Há uma obrigatoriedade de representação de cinco elementos, no mínimo, para todas as comissões do país: um representante da Segurança Social, um da Câmara Municipal, um do Ministério da Saúde, um da Educação e um das IPSS. Apesar dos esforços da minha parte e da Sra. Vereadora, neste momento a Comissão trabalha apenas com quatro elementos. Destes quatro, por lei, o representante da Educação só trabalha dois dias e meio.-----

Eu (representante da Segurança Social e Presidente), a Dra. Margarida (representante da Câmara e Secretária) e a enfermeira Maria José Guedes (representante da Saúde) estamos apenas sete horas por semana. Pergunto-me muitas vezes como protegemos as crianças de Óbidos em sete horas, mas é o que está estipulado pela Comissão Nacional. Não é a Câmara, nem somos nós que queremos trabalhar apenas sete horas; é que o nosso volume processual não permite, segundo os escalões nacionais, um alargamento de dias. Note-se que, até 2023, o representante da Educação estava cinco dias; a lei mudou e, em municípios com menos de cinco mil crianças, passou a dois dias e meio.-----É extremamente difícil as comissões trabalharem só um dia ou dois; deviam ser grupos de trabalho de cinco dias, porque as crianças não são agredidas apenas à segunda ou terça-feira. -----

Quero agradecer à minha equipa da Restrita e à Câmara, que tem disponibilizado a Dra. Margarida para nos apoiar com uma disponibilidade incrível.-----

Os casos estão a aumentar. A 27 de fevereiro, já temos 32 casos ativos e realizámos mais reuniões extraordinárias do que ordinárias, o que indica casos de urgência. Tivemos situações complicadas com recém-nascidos e outras faixas etárias onde temos de atuar a qualquer hora. Não podemos atuar sozinhos; precisamos de quórum e de apoio, por exemplo, da Segurança Social para garantir acolhimentos, muitas vezes reportados depois das 18h ou 19h.-----

O meu objetivo e o da equipa é proteger sempre as crianças, independentemente das horas.-----

Em relação às questões colocadas: a prevenção é o papel da Alargada, em conjunto com a ‘primeira linha’ (escolas, centros de saúde, bombeiros, comunidade). Todos devem estar atentos para prevenir, nomeadamente junto dos pais, que são os principais responsáveis. Sobre os meios escolares, as escolas deveriam ter mais psicólogos para uma primeira intervenção. Quanto à pedopsiquiatria, para uma consulta é necessário passar pelo médico



de família ou por uma urgência hospitalar; não depende diretamente da Comissão. Há uma grande dificuldade porque muitas crianças não têm médico de família. Trabalhamos com o Hospital de Caldas da Rainha e, quando não há resposta, articulamos com os hospitais da Estefânia e de Santa Maria, cujas equipas reúnem connosco mensalmente. -----

Relativamente aos 11 processos que foram para tribunal: nós só trabalhamos com consentimento. Sem consentimento, o processo é remetido ao Ministério Público. Em situações de urgência, atuamos sem consentimento, mas o processo entra no Ministério Público em 24 horas.-----

O Tribunal de Caldas, quando há processos de regulação de responsabilidades parentais em conflito, pergunta à Comissão se temos um processo de promoção e proteção ativo e pede a apensação desse processo. Isto permite que a equipa da Segurança Social (EMAT) intervenha no tribunal para que se chegue a um acordo mais rápido, porque o tempo da criança não é o nosso tempo.-----

Temos uma interlocutora no tribunal, uma procuradora que fiscaliza os nossos processos mensalmente, o que tem sido um apoio extraordinário. Muitas vezes o próprio tribunal tem mais meios do que a Comissão; nós não podemos ordenar perícias psicológicas ou entrar em casas sem mandato.-----

Quando deliberamos a remessa para tribunal, o processo entra no Ministério Público em 24 ou 48 horas, sendo entregue em mão em Caldas da Rainha.-----

Penso que respondi às vossas questões. Muito obrigada mais uma vez. Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia e realço que são muito raros os concelhos que pedem a presença física da Presidente da Comissão numa Assembleia Municipal; agradeço imenso a Óbidos por isso.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: "Muito obrigado pela explanação daquilo que é, efetivamente, o trabalho da CPCJ, quer no âmbito restrito, quer no âmbito alargado e, portanto, por todos os esclarecimentos que diretamente nos deu hoje com a sua intervenção. Muito obrigado e continuação de um bom trabalho.-----

Nós, a seguir, vamos continuar com a CPCJ. vamos ter de fazer uma eleição para eleger um dos representantes. Como sabe, houve um pedido de demissão de um lugar que existia na CPCJ e, portanto, nós vamos repor isso hoje aqui, procedendo à eleição do membro que complementar os quatro que fazem parte da representação eleita pela Assembleia Municipal para Comissão Alargada. Muito obrigado, doutora.” -----

--- PONTO QUATRO - ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO PARA A SUBSTITUIÇÃO DE PEDIDO DE CESSAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE UM DOS QUATRO CIDADÃOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia continuou no uso da palavra e disse: "Trata-se de propor um cidadão, não tem que ser forçosamente da Assembleia Municipal, é um cidadão eleitor, para substituir, o maestro Pedro Filipe que fazia parte da comissão e que pediu a demissão. E iria perguntar aos grupos municipais se tem candidatos ou não, começaria pelo Chega, portanto desta vez começo pelo fim, tem algum candidato a apresentar?" -----

A Senhora Deputada Adélia disse: "Não, nós não temos candidato a apresentar. Eu também não sabia exatamente em que moldes é que funcionava esta eleição, é a primeira vez que passamos por esta eleição e não temos candidatos a apresentar.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Muito obrigado, Sra. Deputada Adélia. O Partido Socialista? Dra. Anabela Blanc, Sr. Deputada tem a palavra.” -----



--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: “O grupo municipal do PS gostaria de propor a Sra. Deputada Ana Sousa para integrar a comissão.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito bem, agora o grupo municipal do PSD, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira disse: “Nós tínhamos uma proposta, mas, tendo a bancada do Partido Socialista feito uma sugestão para a substituição do Maestro Pedro Filipe, nós deixamos cair a nossa proposta.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito bem. Sendo assim, face ao consenso que aqui foi gerado, vamos fazer a eleição para o lugar que está em falta, colocando no boletim de voto 'Sim', se concordam, 'Não', se não concordam; se não for uma coisa nem outra, é o voto em branco. A candidata é a Sra. Deputada Ana Sousa, pelo PS.” -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por unanimidade com vinte oito votos. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO CINCO - ELEIÇÃO E POSTERIOR DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA A INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESTIPULADO NA ALÍNEA D), DO PONTO N.º 1, DO ARTIGO 57.º, DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, REFERENTE À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL: -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Como o partido Chega não tem, Presidente de Junta, não é? Mas pode propor outro Presidente de Junta de outro partido. O PS tem alguma proposta? E o PSD?” -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira tomou a palavra e disse : “O grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Óbidos propõe, relativamente ao ponto cinco da ordem de trabalhos, a candidatura do Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros, Ricardo Santos.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Portanto, temos a candidatura a membro do Conselho Municipal de Educação do Presidente da Junta da Freguesia de A-dos-Negros Ricardo Santos . Naturalmente, a sua relação com a docência é um papel importante a considerar. Vamos, então, proceder à votação: quem concorda vota 'Sim'; quem não concorda vota 'Não'; quem não votar nem uma coisa nem outra, é o voto em branco.” ---

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por unanimidade com vinte oito votos. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO SEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: “Neste ponto, à semelhança do que aconteceu no mandato de 2017-2021, e não havendo nenhuma alteração legislativa no que concerne ao funcionamento das assembleias — isto é, a Lei n.º 75/2013 mantém-se em vigor — o Regimento tem-se mostrado eficaz.” -----

Este documento foi elaborado no mandato de 2013-2017 por três juristas, membros desta casa, na altura em que surgiu a referida lei. Sofreu ajustes posteriores para um funcionamento mais adequado da própria Assembleia no mandato 2017-2021, voltou a sofrer ajustes em 2021-2025 e, agora, a proposta consiste em ligeiras alterações.-----



Nomeadamente, o primeiro ajuste apontado visa consagrar no Regimento a nossa designação como 'deputados'. Este é um facto que consta em todos os regimentos que consultei, tanto de municípios de maior dimensão como de municípios menores ou médios. Fica, assim, bem expresso que é essa a designação que utilizamos nesta Assembleia Municipal.-----

Outra questão prende-se com o facto de se ampliarem os locais onde realizamos as Assembleias Municipais, abrangendo agora os espaços do Grupo Municipal. Hoje já estamos a utilizar um deles, que é o Parque Tecnológico. Este pertence ao Grupo Municipal e faz parte de um conjunto de edifícios que podemos utilizar para melhorar as condições de trabalho.-----

Como vos tinha prometido, a partir de fevereiro começaríamos a ter este formato: os senhores estão sentados em mesas, têm espaço e condições de trabalho adequadas. A Casa da Música continuará a ser a nossa casa de referência. Para reuniões extraordinárias com apenas um ou dois assuntos, a Casa da Música será utilizada por ser mais célere e não exigir toda esta logística. No entanto, as assembleias ordinárias, que nos dão muito mais trabalho e exigem uma logística maior, serão realizadas em edifícios que permitam a colocação de mesas e este espaço. Da mesma forma, as assembleias descentralizadas serão feitas em locais do município que permitam condições de trabalho semelhantes às que temos hoje.-----

Outra alteração relevante: como sabem, as Assembleias Municipais têm uma duração máxima até à meia-noite, podendo ser prolongadas pelo tempo que os senhores deputados entenderem. No entanto, considero que deverá existir um limite máximo para esse prolongamento, fixando-se agora o limite de uma hora; ou seja, não ultrapassar a uma da manhã. Não pretendo, de maneira nenhuma, regressar às reuniões que terminavam às três da manhã, como acontecia há dez ou doze anos. Uma da manhã será o limite máximo para resolvermos a ordem de trabalhos.-----

Finalmente, e indo ao encontro do que a Deputada Ana Sousa já tinha referido, as atas passarão a constar na Ordem do Dia. Isto significa que serão discutidas, apreciadas e aprovadas como um ponto próprio da agenda, sendo retiradas do período 'Antes da Ordem do Dia'.-----

São apenas estas as alterações; tudo o resto se mantém. Caso haja uma alteração à Lei n.º 75/2013, constituiremos um grupo de trabalho para adaptar o Regimento, tal como foi feito em 2013/2014. Esse trabalho, que levou seis meses, foi muito profícuo e a base do nosso regimento atual deve-se ao contributo dessas três deputadas: a Dra. Cristina Rodrigues, a Dra. Anabela Adónis e a Dra. Sílvia Maurício Correia. -----

É esta a proposta que vos apresento. Se houver alguma intervenção, façam o favor de a realizar agora. Dra. Ana Sousa, tem a palavra."-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Dizia eu, agradecendo as suas explicações, que há aqui um conjunto de situações — e não queria ser muito maçadora, mas terei de o ser, pois estamos a falar de um diploma, não é? Tem normas, e esta parte é sempre algo árida para quem não aprecia a matéria.-----

Desde logo, gostaria de dar nota de que a nossa proposta para a transmissão das assembleias online não foi acolhida. Já hoje se falou aqui, por parte do público, sobre este tema. Nós tínhamos sugerido que o Regimento fosse alterado para acolher a publicitação online e direta das nossas sessões. Já tivemos a oportunidade de ouvir o Senhor Presidente da Câmara manifestar-se quanto a essa matéria, mas, como devo dizer, nesta casa ele não



decide, pois esta é uma competência da Assembleia Municipal.-----
Registo, portanto, com algum desagrado, que esta proposta não tenha sido aceite e não consigo compreender o porquê. É uma forma de estarmos próximos do público e dos nossos munícipes, permitindo que as pessoas assistam ao que se passa nos órgãos municipais no conforto do seu lar, sem necessidade de deslocação. É uma questão de princípio e de transparência; penso que a nenhum de nós ficaria mal aceitar esta sugestão. De todo o modo, a maioria vence. Sendo uma proposta do Senhor Presidente da Assembleia, não creio que a tenha feito isoladamente; suponho que na bancada do PSD haverá também a intenção de não aceitar a minha proposta inicial. Deixo este registo: não nos agrada que tal não tenha sido feito, mas conformar-nos-emos. -----
Relativamente às propostas que apresenta, quanto ao Artigo 1.º e à introdução da designação para sermos chamados ‘Deputados Municipais’, não vemos qualquer inconveniente. Aliás, creio que simplifica a condução dos trabalhos. No entanto, parece-me que na redação deve constar: ‘sem prejuízo da terminologia legal aplicável’. Isto porque a terminologia legal não desaparece, não é? Por lei, somos ‘membros da Assembleia Municipal’. Assim, embora possamos consignar que entre nós nos apelidamos de Deputados Municipais, a verdade é que a lei prevalece. Sugiro, por isso, que se acrescente essa ressalva no número 2 do Artigo 1.º.-----
Continuando nas alterações, passamos ao Artigo 8.º, sobre o local das nossas sessões. De facto, hoje estamos a realizar a Assembleia num local que tem todas as condições. Quando falo de condições, não me refiro apenas a estarmos bem ou mal sentados; refiro-me, sobretudo, a termos uma mesa onde colocar os computadores e os cadernos para podermos trabalhar — algo que na Casa da Música não é praticável.-----
Contudo, manter no Regimento o Auditório da Casa da Música como sendo, por regra, a sede e o local preferencial das sessões não me parece muito adequado. A minha proposta para o n.º 1 do Artigo 8.º seria algo que não nos desvinculasse de realizar algumas sessões na Casa da Música, mas que esta não fosse, como digo, a regra institucional.-----
--- O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e disse: “Mas o que está previsto não é a ideia de uma regra, e passo a explicar porquê. Há muitas questões que nos são colocadas em inquéritos e pedidos de informação, e nós temos de ter uma espécie de sede definida. O que consta no texto funciona como a nossa sede oficial.-----
No entanto, uma vez que o Regimento prevê que a marcação das assembleias cabe à Mesa e, naturalmente, ao Presidente da Mesa, a regra prática não será essa. Eu não pretendia ir contra a informação que é prestada pelos serviços centrais quando nos questionam sobre qual é a sede da Assembleia Municipal ou o seu local-sede. A Casa da Música será, efetivamente, o local-sede. -----
Se tivermos de realizar uma sessão solene, como, por exemplo, a comemoração do 25 de Abril, faremos lá, pois é a nossa sede e trata-se de uma cerimónia diferente, e não de uma reunião de trabalho. É essa a ideia subjacente; não é, de maneira nenhuma, para que seja o local obrigatório para todas as sessões.-----
Ao alargar a possibilidade de utilização dos espaços do Grupo Municipal, estamos, efetivamente, a ir muito além da Casa da Música. Daí a minha explicação: não retirei a Casa da Música porque, caso contrário, perguntar-me-iam qual seria a nossa sede.-----
Temos aqui várias opções. Em abril, poderemos estar aqui novamente, no Parque Tecnológico, ou, quem sabe, na Praça da Criatividade, se for possível instalar esta logística, ou até nos Armazéns do Vinho, em A-da-Gorda, ou em qualquer outro local de que o



município disponha. -----

A ideia é esta: a Casa da Música mantém-se como sede, mas não é o nosso local de regra para as sessões de trabalho.”-----

--- Usando de novo a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Assim sendo, e não há nada como falarmos para nos entendermos, acolhemos o número um da forma como está. E quanto ao número dois.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia interveio e disse: "No número dois, a ideia foi também no sentido de que, se tivermos de realizar uma sessão descentralizada, o façamos num espaço onde eu consiga instalar toda esta logística.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Exatamente, muito bem. Portanto, existe este compromisso do Senhor Presidente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “É esse compromisso que está refletido nesse artigo. Se me perguntar qual é a sede da Assembleia Municipal, é naturalmente a Casa da Música; mas, do ponto de vista formal da realização do ato, já referi que poderemos fazer uma ou outra sessão lá. Se houver uma assembleia extraordinária com apenas um ponto na ordem de trabalhos, pela facilidade logística e por ser uma reunião de apenas uma hora, podemos realizá-la lá.-----

Quanto às sessões ordinárias, como vos disse, a ideia é realizá-las neste formato e desta forma. Por isso é que alargámos as opções para os espaços que estão aí previstos, quer os do município, quextra-município.”-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio e disse disse: "Com essa explicação, muito bem. Agora, quanto ao Artigo 12.º, relativamente ao horário das sessões: temos de pensar seriamente se queremos manter esta redação. O artigo define o fim, mas não define o início das sessões.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Define o tempo limite, mas depois diz claramente que nós podemos, efetivamente, por decisão do plenário, prolongar os trabalhos; não especifica por quanto tempo.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Mas aquilo em que eu me estava a centrar, neste artigo, é no início da reunião, na hora em que começa a Assembleia. Creio que faz sentido voltarmos a ponderar se as 18h30 é o melhor horário para começar uma sessão.-- Bem sei que, se olharmos para o relógio e virmos que começámos às 18h30 e já são 22h30, não estando ainda a meio da Ordem de Trabalhos, poderemos questionar o que acontecerá se deslocarmos o início mais para o final do dia. Queremos evitar, naturalmente, aquelas situações que o Senhor Presidente referiu e que nenhum de nós deseja.-----

No entanto, a verdade é que as 18h30 são uma hora muito ingrata. E reparem — com o devido respeito por todos os colegas aqui presentes: há colegas que, chegada uma determinada altura, estão cansados de estar aqui (eu própria também estou, por vezes) e, quando chegamos à Ordem de Trabalhos, já não discutimos os assuntos com a profundidade necessária; queremos apenas despachar o trabalho. Creio que esse não é o objetivo destas sessões.-----

A situação agrava-se quando estamos com fome, não é? Toda a gente tem fome; eu, se calhar, até tenho mais. O que quero dizer com isto é que me parece que temos de voltar a refletir sobre a questão do horário de início das sessões.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse:"Mais cedo?" -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Mais cedo não me parece viável. As pessoas deixariam de trabalhar para vir para aqui às 15:00? Pode ser uma possibilidade, mas..." --



--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Começar mais tarde? Lembre-se de que as reuniões terminavam às 03:00 ou 03:30 da manhã precisamente porque começavam às 21:00. Isso, não." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Eu sei, Senhor Presidente. Sei que alterámos o horário com o objetivo de evitar que isso acontecesse, e ninguém quer regressar a esse modelo. A questão é, e as pessoas podem dizer que é uma contradição, que o que todos queremos é que as sessões decorram com capacidade para exercermos as nossas funções adequadamente. O que digo é que, ao chegarmos aqui às 18:30, quando a sessão atinge as 22:30, como agora, estamos todos estafados, cansados e com vontade de jantar, não é?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "É normal." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "É perfeitamente normal e humano. Se dissermos que passa para as 21:00, está fora de questão, porque a sessão prolongar-se-ia pela madrugada fora. Como é que os outros municípios fazem?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Olhe, por vezes marcam para sábado, às 15:00." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Pronto, se calhar temos de ponderar uma situação dessas. Pode ser uma possibilidade." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Isso o Regimento já prevê. Hoje foi um caso excecional; como eu disse, extrapolou-se imensamente o Período Antes da Ordem do Dia. No meu entender, houve muitas intervenções e cada uma coloca, por vezes, quatro ou cinco questões, o que leva o Senhor Presidente da Câmara a utilizar muito tempo na resposta. Se seguirmos rigorosamente o Regimento, é apenas uma hora para o Período Antes da Ordem do Dia, distribuída por todos, e terminou." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Mesmo que seja apenas uma hora para o Período Antes da Ordem do Dia, somada a mais uma hora para o público e ao tempo de atraso no início, nunca entraríamos na Ordem de Trabalhos antes das 20h00 — isto cumprindo tudo ao milímetro. Quando temos uma Ordem de Trabalhos com seis ou dez pontos, vamos inevitavelmente resvalar para o cenário de que falei." -----

Não estou a criticar; estou apenas a dizer que me parece necessário encontrar uma solução viável para todos, que nos permita trabalhar com condições e sem exaustão. Caso contrário, não apreciamos nem discutimos os assuntos como devem ser discutidos, e é para isso que aqui estamos." -----

Por outro lado, se pensarmos em antecipar o horário da reunião, criaremos uma dificuldade acrescida aos munícipes que queiram vir assistir às assembleias." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: "Posso dizer-lhe que o primeiro Regimento que saiu após 2013, na altura em que o Presidente da Assembleia Municipal era o Dr. Telmo Faria e eu era o primeiro-secretário, apontava o início das sessões para as 17:30. Ainda realizámos duas ou três sessões a esse horário, mas depois, por consenso, fixou-se o início às 18:30. Pretendo manter as 18:30; o que devemos é ser muito mais proativos no sentido de nos aproximarmos do cumprimento rigoroso do Regimento para não perdermos tanto tempo. Se o público demorar meia hora, terminaremos esse período às 19:15. Começando a Ordem do Dia às 18:45, com mais uma hora do Período Antes da Ordem do Dia, seriam 20:15." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "O Senhor Presidente sabe que quando responde ao público, e bem, quando há público, terá naturalmente o seu tempo. Essas contas



milimétricas nunca funcionam assim, pois não?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Quanto ao período da Ordem do Dia, o Regimento também refere que cada interveniente não deve extrapolar os três minutos. Para avançarmos: eu compreendi a sua intervenção, mas digo-lhe claramente, como sou bastante direto, que não irei alterar o horário das 18:30." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Não estou a dizer para alterarmos agora, estou a dizer que, mais tarde ou mais cedo, teremos de refletir sobre isto. Se não pretendem discutir a questão do Regimento, por mim está tudo bem. Eu é que não fico tranquila se não expressar o que entendo sobre estas matérias. Ainda para mais, isto prende-se com a nossa atuação; se para os senhores é algo de menor importância, e falo diretamente para o Deputado Miguel Oliveira, se entende que isto é pouco relevante, eu, lamentavelmente, discordo." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "De qualquer maneira, tenho a experiência de começarmos às 20:30 no tempo do Dr. Barreiras Duarte, passando depois para as 21:00 ou 21:30. Nunca terminávamos antes das 02:00, 03:00 ou até às 04:00 da manhã. E o Partido Socialista, na altura, tinha apenas cinco deputados e falavam imenso. Por agora, manteremos as 18:30." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Muito bem. Ainda relativo ao Artigo 12.º, o número 1 determina que a sessão decorre até às 24:00, podendo ser prolongada por mais uma hora. No final desse prolongamento, no limite, teremos de suspender a Assembleia, partindo do pressuposto de que os trabalhos não terminariam. Estou a colocar estas questões em teoria, prevendo casos que podem ocorrer." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Baseei-me na prática dos últimos 12 anos. Entre o meu mandato como primeiro-secretário e os oito anos como Presidente da Assembleia, num total de 13 anos, a sessão que mais se prolongou terminou à uma da manhã. Foi, curiosamente, na véspera de eu ser operado ao apêndice. Portanto, a proposta baseia-se em factos." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Deixe-me concluir o raciocínio. Prevendo-se o prolongamento por uma hora e caso a sessão não termine, ela é suspensa, correto?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "A legislação permite que uma sessão possa ter mais do que uma reunião." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Exato. E, havendo essa suspensão, ela deve ser integrada no Artigo 13.º, que prevê a interrupção das sessões. Queria chegar a esta conclusão: no Artigo 13.º, n.º 1, refere-se que as sessões podem ser interrompidas por decisão do Presidente para os seguintes efeitos: intervalo (alínea a), restabelecimento da ordem (alínea b), falta de quórum (alínea c). Deveria acrescentar-se uma alínea d) para os efeitos do disposto no número 1 do artigo anterior [limite de horário]." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Concordo plenamente. Refere-se à alínea d) do Artigo 13.º? Com certeza. E quanto ao Artigo 19.º, a alteração sugerida prende-se com as atas, correto?" -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Sim, foi retirar as atas do Período Antes da Ordem do Dia e definir que são discutidas em ponto próprio. Depois, temos a introdução do Artigo 40.º-A, relativo à transmissão audiovisual das sessões." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Sobre isso, a proposta da Mesa foi feita sem auscultar previamente os grupos municipais, mas eu conheço a sensibilidade desta Assembleia. Sei que ainda existe a perceção de que não estamos preparados para esse



passo. É um caminho que o futuro aponta, mas terá de ser dado não só pela Assembleia, como pela Câmara e pelo Município em geral. Conheço bem a sensibilidade dos grupos municipais e, como já disse, o Presidente da Assembleia nunca tomaria essa decisão por iniciativa própria. Cabe aos deputados decidir. Para mim, se houver um único deputado que levante questões sobre a utilização da sua imagem, temos de ter esse cuidado. Hoje em dia, a proteção de dados e a imagem são fundamentais." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Mas nós estamos no desempenho de cargos públicos." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Precisamente, mas ainda assim devemos considerar a opinião de todos. Esta proposta foi feita pela Mesa; se não colher a maioria dos votos expressos, faremos o que prevê a segunda parte do artigo: constituir um grupo de trabalho para analisar a matéria." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "As minhas sugestões visavam, de facto, o aprimoramento do documento que discutimos. Creio que tomou a devida nota. Muito obrigada." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Sim, com certeza que sim. O Senhor Deputado Miguel Oliveira queria intervir?" -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira pediu a palavra e disse: "Gostaria de dar uma breve opinião sobre esta matéria e sobre a questão da transmissão das sessões. Eu convidava quem propõe tal medida a pesquisar quantas visualizações é que essas transmissões — nos casos em que ocorrem noutras assembleias — têm em direto, e comparar esse dado com o que aparece depois em imagens manipuladas." -----

Ainda há pouco foi dito aqui que a tecnologia deveria facilitar as transmissões e servir como argumento para a sua implementação. No entanto, neste momento, considero que a tecnologia é o argumento mais forte contra essas transmissões. Com a Inteligência Artificial, a facilidade com que podemos, por exemplo, colocar a Deputada Ana Sousa a dizer que é contra a transmissão televisiva, ou pô-la a proferir o discurso de outro deputado, é imensa; hoje em dia, coloca-se as pessoas a dizer o que quisermos. Quanto mais impactante for o conteúdo manipulado, mais visualizações terá, e é isso que as pessoas vão reproduzir, partilhar e utilizar para gozo ou diversão." -----

Se compararmos as visualizações desse tipo de intervenções adulteradas com as que foram verificadas na sessão real, a diferença é absurda. Portanto, na minha opinião, esta é a razão pela qual não faz sentido transmitir: o perigo que existe atualmente de colocar nas redes sociais conteúdos completamente adulterados e de se fazer uma má utilização dessas imagens." -----

Sobre a questão do Regimento e a discussão destes pontos, creio que faria sentido, pensando no futuro, criar uma comissão entre os líderes de bancada para discutirem o assunto mais exaustivamente. Assim, quando o tema chegasse a esta Assembleia, seria apenas para votar; caso contrário, estamos aqui a discutir ponto a ponto e não há horário ---

O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Mas concluímos a questão da análise dos pontos que foram propostos. A Dra. Anabela Blanc queria intervir? Senhora Deputada, tem a palavra." -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: "Muito bem. Gostaria apenas de partilhar convosco duas ou três observações e conclusões." -----

A Assembleia Municipal tem uma dignidade própria, com o seu estatuto de órgão máximo do município, e tem como função primordial fiscalizar a atividade municipal. Como tal, tem



de dispor do tempo necessário para que os deputados exerçam essa função. Embora não devamos todos falar e interrogar exaustivamente sobre cada ponto, precisamos de tempo. Se há quem não o queira fazer, ou para quem esteja tudo bem, para nós não está 'tudo mal', mas queremos e temos o direito de questionar. Quem pergunta tem o direito de o fazer, e quem é questionado tem o direito de ter tempo para responder às questões colocadas.-----

Este é o escopo principal e fundamental do qual não nos podemos afastar: nós estamos aqui para perguntar e o Senhor Presidente da Câmara, ou qualquer outro visado, está aqui para responder ou contrapor. É assim que as instituições funcionam.-----

Outra questão prende-se com o aspeto formal e logístico do funcionamento das sessões. Sabemos como são elaboradas, muitas vezes, as Ordens do Dia. Penso que seria muito mais profícuo, inclusive para quem responde, colocar os pontos mais complexos — que exigem análise de documentos e propostas — no início da sessão, deixando os pontos de votação mais simples para o fim. Uma coisa é responder a questões às 23h00; outra, bem diferente, é fazê-lo às 21h00. Estes pontos que discutimos agora, por exemplo, poderiam perfeitamente ter sido deixados para último lugar, por serem mais 'leves' e simples. Todos os pontos têm igual dignidade, mas, ao nível do funcionamento do município, nem todos têm a mesma importância ou exigência. É este o critério que deve orientar o Regimento e a nossa atuação. -----

Ninguém pode tirar a palavra a ninguém, exceto em situações de abuso de direito, pois todos gozamos de liberdade de expressão.-----

Quanto ao horário, eu, que trabalho por conta própria, tal como muitas pessoas aqui presentes, considero que as 18h30 não são um horário ótimo, mas também não é um horário péssimo. Agora, o que não farei é deixar de intervir e de dizer o que penso só porque são 23h00."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Não, mas eu não estou a dizer isso." -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: "Eu sei, mas estou apenas a dizer, pronto! Podem pensar: 'ela está ali a falar e já são quinze para as onze'. Pois são, mas nós estamos aqui exatamente para isso. Há que ter isso em atenção. Não vejo qualquer mal se, chegando à meia-noite e faltando ainda um conjunto de pontos por tratar, se marque a continuação da Assembleia para outro dia; não vejo rigorosamente problema nenhum nisso e, salvo erro, creio que já aconteceu uma ou outra vez, não?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Não, prolongou-se até à uma da manhã." --

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: "Quanto à transmissão do que aqui se passa, considero que os fundamentos aqui invocados são totalmente desprovidos de razão. E porquê? Porque nós não queremos que se saiba o que se passa aqui? Nós candidatámo-nos à Assembleia Municipal, que é um órgão público e deve ser escrutinado pelo público em tudo o que é dito. A quantos mais munícipes a informação chegar, mais profícuo será e mais se desenvolve o escopo essencial da Assembleia.-----

Se o argumento da Inteligência Artificial fosse impeditivo, o Trump já se teria escondido num quarto. A questão da manipulação pode ser feita por qualquer pessoa — e por partidos políticos também — que publicam conteúdos como se fossem oficiais. Veja-se o caso recente em que foi acrescentada chuva, através de manipulação editorial, no site do Chega, quando o seu Presidente foi entregar bens em Leiria e andava com garrafas de um lado para o outro. Isso, sim, é uma vergonha.-----

Quando viemos para estes cargos, já sabemos que estamos sujeitos a escrutínio. Não pode



ser um qualquer medo ou receio de manipulação a fundamentar a falta de escrutínio pelo maior número de pessoas possível.-----

Gostaria de transmitir isto em consonância com o que a Deputada Ana Sousa disse: a recusa da transmissão pode induzir o juízo de valor de que temos medo que se saiba o que aqui se passa. Não estou a dizer que seja esse o caso, mas digo que é legítimo que essa ideia seja criada nas outras pessoas.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Essa ideia de que estamos a esconder algo não colhe. As Assembleias Municipais são públicas e qualquer pessoa pode vir aqui assistir." -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: "O que estou a dizer é que é legítimo que se faça essa interpretação. Não digo que seja correta ou fundamentada, mas compreendo que essa leitura exista. Não faço questão absoluta de que seja transmitido, mas, se há essa possibilidade tecnológica, por que não fazê-lo? Não temos nada a esconder." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Exatamente, já percebemos o vosso ponto de vista. Mais alguma intervenção? Miguel Oliveira e, depois, Adélia Araújo." -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira disse: "Em relação às propostas de alteração do Regimento, concordamos com todas elas, reforçadas pelos esclarecimentos que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aqui prestou.-----

Relativamente à hora de início das Assembleias Municipais, essa tem sido, de facto, uma preocupação ao longo dos anos. Já experimentámos vários horários e percebe-se que, não sendo a hora ideal, e não havendo uma periodicidade ou regularidade tão grande de reuniões, este parece ser um sacrifício que todos podemos fazer. Se começarmos mais cedo, muitas pessoas ficam privadas de comparecer devido às suas obrigações profissionais. Se for mais tarde, as sessões prolongam-se noite fora — e já tivemos várias experiências dessas. Portanto, parece-me aceitável manter este horário.-----

Não se trata de uma preocupação sobre se as coisas correm bem ou mal, ou se falamos mais ou menos neste ou naquele ponto; é, sim, algo que temos de aceitar quando somos eleitos: temos de saber que assumimos estas responsabilidades. Parece-me que a hora não constitui um problema assim tão grave.-----

Quanto à transmissão online, tenho uma opinião pessoal — e não da bancada: pessoalmente, não considero que a transmissão em direto das nossas assembleias seja uma inovação assim tão relevante, nem creio que ganhemos muito com isso. Ninguém está privado de saber o que se passa aqui; as sessões são abertas a todos os munícipes e aqueles que realmente se interessam pelas ordens de trabalhos comparecem, como tem acontecido sempre. Portanto, não vejo uma necessidade premente.-----

Recordo até que, há uns anos, tivemos aqui um deputado que apresentou duas propostas para a transmissão das assembleias, as quais foram votadas nesta casa, inclusive por muitas das pessoas que aqui estão e que, na altura, votaram contra. Não sei o que mudou neste intervalo de tempo. Não sei se se trata de 'evoluir', porque, na verdade, quando consultamos as redes sociais, vemos que as transmissões e a utilização de excertos de assembleias municipais de outros concelhos servem frequentemente para a chacota, o gozo e a descontextualização. Das transmissões que tenho visto, não me parecem prestigiantes; pelo contrário.-----

Mas, como disse, é uma opinião pessoal. Creio que deveríamos focar-nos em questões mais importantes para o nosso município do que em encontrar este tipo de situações.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Muito obrigado Deputado Miguel Oliveira. A



Deputada Adélia termina este ponto com a sua intervenção e passaremos à votação, para avançarmos." -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo disse: "Eu creio que há aqui uma grande contradição no que está a ser dito. Se para nós é difícil estar aqui para uma reunião às 18h30, então e toda a população que trabalha? Como é que consegue vir a uma Assembleia às 18h30 da tarde? A população que nos colocou aqui, nesta Assembleia, e que merece o nosso respeito, também merece, se assim o desejar, ter a hipótese de nos ouvir.-----
Creio que a democracia e a transparência dos órgãos perante quem nos elegeu residem precisamente nisto. Todos sabemos que a maioria não se vai pôr a ler atas; as atas são publicadas e estão na internet, tudo bem, mas uma grande parte da população não faz isso.-----

Sou adepta da transmissão porque, muitas vezes, tenho interesses nas Caldas da Rainha e gosto de ouvir a Assembleia Municipal de lá. Gosto de ouvir assembleias de outros pontos do país; gosto de estar informada. Temos de pensar que, se para nós é um esforço estar aqui às 18h30, o que diremos da população?-----

Não estamos aqui para criar um 'clube' ou uma loja maçónica; temos de ter transparência. Era apenas isto que eu queria dizer, obrigada."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Só para concluir, Senhora Deputada: em primeiro lugar, que eu tenha ouvido, ninguém disse aqui que fazia um sacrifício por estar presente às 18:30. Em segundo lugar, não me parece que a transparência se meça apenas pela questão de transmitir, ou não, a Assembleia Municipal online." -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo disse: "Então, como é que as pessoas vão ver de outra maneira?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "A legislação é bem clara: as assembleias são públicas. Inclusive, uma das alterações feitas neste percurso foi precisamente mudar o período de participação do público do final para o início das sessões, para permitir que as pessoas possam estar presentes e intervir mais facilmente. Mas vamos concluir; vamos proceder à votação. Com as alterações propostas pela Senhora Deputada Ana Sousa relativamente a dois artigos, vamos votar a proposta do Regimento da Assembleia Municipal. Urge aprová-lo para que a nova redação entre já em vigor para o mandato 2025-2029." -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor, e oito abstenções de voto. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO SETE - DECLARAÇÃO NO ÂMBITO DO ARTIGO 15.º, DA LEI N.º 8/2015, DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA), PARA CONHECIMENTO: -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Alguma intervenção por parte dos senhores deputados? Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Apenas uma questão muito rápida: por que motivo não foi o Senhor Presidente a assinar esta declaração, uma vez que é o dirigente da entidade? Não vou alongar-me na explicação técnica, nem no que li na legislação, mas a Senhora Chefe de Divisão Financeira é, de facto, dirigente de uma divisão, mas não é a dirigente da entidade.-----

Se analisarmos a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e tudo o que lhe subjaz, o que resulta, pelo menos na minha modesta opinião, é que o dirigente da



entidade “Câmara Municipal”, para estes efeitos, é o Senhor Presidente da Câmara. A menos que tenha existido uma delegação de competências na Senhora Chefe de Divisão, a qual teria de estar devidamente publicitada através do respetivo despacho. Não me parece que seja esse o caso, salvo erro da minha parte.-----
Obrigada.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Mais alguma intervenção? Não havendo, Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Não há erro nenhum. Efetivamente, detetámos esta situação também em sede de Reunião de Câmara. Eu tinha solicitado que fosse elaborado um documento para suprir essa falha, com base na informação técnica da Dra. Alexandra Almeida, a nossa diretora financeira do município, para que fosse aqui apresentado.-----

Tal como referi, o objetivo era retificar este documento, pois a interpretação anterior era a de que o ‘dirigente’ se referia ao dirigente técnico e não, neste caso, ao dirigente político. Foi, de facto, uma falha na redação do documento, mas a interpretação correta é a que a Senhora Deputada referiu; aliás, tivemos essa confirmação em sede de Reunião de Câmara e estava em crer que o documento corrigido já estaria aqui presente.”-----

--- **Foi dado conhecimento.**-----

--- **Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

--- **PONTO OITO - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025, PARA APURAMENTO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Intervenções por parte dos senhores deputados? Senhora Deputada Natália, tem a palavra.”-----

--- A Senhora Deputada Natália disse: “Da análise dos documentos, constatamos o apuramento de um saldo de gerência de 13 milhões de euros no ano económico de 2025. Este valor não resultou apenas da execução do ano de 2025; reflete também os saldos acumulados de anos anteriores. No entanto, o que é evidente é que este saldo tem vindo a aumentar ano após ano. Vejamos: 8 milhões em 2023, 11 milhões em 2024 e 13 milhões em 2025.-----

Mas analisemos o que representam estes saldos: a acumulação de saldos de gerência corresponde a verbas não gastas pelas Câmaras Municipais num determinado exercício, em detrimento da execução de obra pública, o que decorre de uma combinação de fatores técnicos, burocráticos e políticos. Na maioria das vezes, o saldo de gerência reflete uma real incapacidade de execução.-----

As razões para estas acumulações podem resumir-se a dificuldades na contratação pública, processos de concurso longos e complexos, por vezes alvo de impugnações que resultam em atrasos, fazendo com que a verba não seja aplicada nesse exercício. Este saldo nem sequer corresponde à preocupação de gerar um fundo de maneio para eventuais emergências; decorre, sim, da inexistência de projetos e obras, de Planos Plurianuais de Investimento (PPI) desatualizados ou do atraso na elaboração e revisão dos projetos neles incluídos, o que leva ao arrastamento das despesas previstas.-----

Pode ainda dever-se à falta de recursos técnicos e à escassez de pessoal qualificado, como engenheiros, arquitetos e técnicos de contratação. A consequência é o subinvestimento público: obras necessárias em estradas, escolas, jardins de infância ou saneamento que não avançam.-----



O saldo é incorporado no orçamento do ano seguinte através de uma revisão orçamental, que apreciaremos no ponto seguinte desta sessão, mas mantém-se a ineficiência na execução. Na descrição que fiz, reside certamente a explicação para a existência deste saldo no município, e espero que reflitam sobre o mesmo.-----

Da leitura dos documentos, depreende-se que, ao nível dos números, não há razão para votar contra; as críticas que aqui deixamos prendem-se com as opções políticas tomadas pelo Executivo.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Mais alguma intervenção por parte dos senhores deputados? o Senhor Deputado Luís Cunha tem a palavra." -----

--- O Senhor Deputado Luís Cunha disse: "Muito obrigado, Senhor Presidente. Apenas para fazer um reparo: a Senhora Deputada refere-se unicamente à não execução, apresentando elementos apenas do lado da despesa. Seria interessante considerar também as questões que resultam do aumento da receita. O saldo transitado pode dever-se a despesa não executada, mas também pode resultar de uma receita superior à prevista, ou da conjugação de ambos os fatores. Verifico aqui que a receita corrente aumentou dois milhões de euros; portanto, talvez a argumentação da Senhora Deputada não seja totalmente precisa, pois o saldo explica-se também pelo aumento da receita e não apenas por falhas na despesa." ---

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra." -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: 'Agradeço as duas intervenções. Em parte, aquilo que a Senhora Deputada Natália referiu é verdade e coincide, naturalmente, com algumas das dificuldades que o município tem enfrentado: a falta de corpo técnico para os muitos objetivos deste Executivo e a excessiva burocracia.-----

Dou-vos o exemplo da revisão de projetos. Quando temos projetos estruturantes para o concelho, surge mais um procedimento: o da revisão de projetos, que, em nosso entender, nem sempre seria necessário. Esta revisão, que inclui a vertente técnica e a revisão de preços, cria uma entropia significativa naquilo que queremos executar. Nós queremos investir e temos capital para o fazer, mas não dependemos apenas da vontade da Câmara ou da estratégia definida pelo Executivo; dependemos de inúmeros pareceres.-----

No concelho de Óbidos, todas as entidades opinam: desde a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e o Património Cultural, I.P., até à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, da qual aguardámos quatro meses e meio por um parecer. Hoje em dia, para colocar um banco de areia num jardim de infância, é necessário um parecer da Senhora Delegada de Saúde. Se as crianças brincarem na areia fora da escola, já não há qualquer entrave; dentro da escola, as regras são impostas.-----

Do meu ponto de vista pessoal, isto parte de um pressuposto errado: o de olhar para todos os autarcas como se fossem corruptos ou tivessem condutas ilícitas. Quem paga o preço deste excesso de zelo é o Concelho, a Região e o País. A Europa está mais atrasada por causa disto. Como referi há pouco: a China cresce 8% ao ano, os EUA 4% e a Europa cresce abaixo de 1%. A excessiva burocracia e o excesso de diplomas e decretos-lei só geram entropia.-----

Contudo, as recentes medidas do Governo quanto à autonomia e responsabilização das entidades colocam-nos aqui uma oportunidade e um desafio.-----

Aceitamos a crítica às nossas opções políticas; vocês têm uma opinião, nós temos outra. Queremos concretizar vários projetos estruturantes ao mesmo tempo — habitação, mobilidade, saúde — porque não posso privilegiar um em detrimento dos outros.



Felizmente, muitos destes processos estão em fase final para lançamento de concurso. Recebemos hoje um parecer favorável sobre a revisão de projetos que nos permite avançar com obras nas piscinas, nas creches (no âmbito das ITI — Investimentos Territoriais Integrados do Portugal 2030) e na requalificação de escolas.-----

Compreendo o vosso papel político de dizer que não estamos a executar, mas foi necessário um intenso trabalho de preparação. Para executar, é preciso preparar.-----

Quando cheguei à Câmara em 2021, o encargo com recursos humanos era de 5,6 milhões de euros; atualmente, estamos próximos dos 9 milhões. É um valor significativo, e vamos reforçar ainda mais o mapa de pessoal. Este reforço deve-se ao trabalho de promoção do território, como referiu a Senhora Deputada Ilda, que gera atratividade e nos dá condições financeiras para dotar o concelho com as respostas sociais e educativas de que necessita. A administração pública não funciona como a privada, mas a lógica é a mesma: primeiro criamos as condições, depois implementamos. É preciso ter o projeto para executar, mas também o dinheiro para pagar. E estes 13 milhões de euros serão fundamentais para os projetos que estarão, muito em breve, prontos a avançar.-----

Muito obrigado.”-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: ‘Agradeço as explicações ao Senhor Presidente. No entanto, gostaria de dizer ao Deputado Luís Cunha que, quando temos uma despesa de capital de 3 milhões e 860 mil euros, não adianta olhar para as receitas nem para o seu aumento. Este é um número que fala por si só: não chega a 10% — ou anda próximo disso — do investimento previsto no orçamento inicial. Portanto, não vale a pena escamotear a verdade.-----

--- O Senhor Presidente assumiu o que tinha a assumir, e bem. Espero honestamente, embora sem grande convicção, que este cenário não se repita em 2026. Espero estar enganada, porque estar enganada significaria que temos projetos e temos execução. Contudo, o Senhor Presidente já lidera este município há quatro anos; não é o seu primeiro mandato. Bem sei que é preciso preparar e que pouco havia em termos de preparação, mas quatro anos de trabalho já deveriam resultar numa execução superior à que temos hoje.-----

Nós vamos votar favoravelmente a Demonstração de Resultados, pois trata-se de uma questão matemática. No entanto, não concordamos com o desempenho que estes números refletem. Como sempre defendi — e isto não é novo — a eficiência de um município afere-se pela execução das despesas de capital. Bem sei que haverá outros municípios que, a esta hora, apresentam prejuízos e olham para contas negativas; nós também não queremos isso. Resta saber se, em muitas dessas circunstâncias de prejuízo, não houve, em contrapartida, um grande investimento.-----

O desafio de todos nós, enquanto autarcas, é tentar manter o equilíbrio: ter um bom nível de investimento e, simultaneamente, contas saudáveis. É esse o reparo que deixamos.”---

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Senhora Deputada, muito obrigado. Agradeço também o reconhecimento do esforço e do trabalho realizado, sobretudo perante a ausência de projetos anteriores e a imperiosa necessidade da sua preparação.-----

Do ponto de vista de uma análise matemática, a avaliação em função dos investimentos de capital pode e deve ser feita; no entanto, há todo este trabalho preparatório indispensável para a execução. Nós sabemos que vamos ter investimentos estruturantes fundamentais para o território, mas não posso afirmar perante esta plateia, perante as Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Presidentes de Junta, que é garantido que todos os



projetos em fase final se iniciem este ano ou no próximo. Isso não depende apenas de mim. É necessário que existam empreiteiros disponíveis e que os concursos a lançar suscitem o interesse e a vontade do mercado para os executar.-----

Sendo muito franco, ainda não estou descansado em relação a muitos destes projetos prontos a lançar; de facto, não estou. O exemplo recente do quartel da GNR é demonstrativo desta incerteza e, por isso, ainda não estou tranquilo quanto a esta matéria. Estamos muito mais próximos, ou podemos estar muito mais próximos, mas infelizmente nada é garantido. Nem tudo depende da Câmara para que se atinja uma boa execução do ponto de vista orçamental.”-----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO NOVE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO DA RECEITA, ORÇAMENTO DA DESPESA, PAM E PPI PARA 2026: -----

--- A Senhora Deputada Natália no uso da palavra disse : “Ora bem, sobre o ponto nove — apreciação e eventual aprovação da primeira revisão orçamental e da análise dos documentos onde se evidencia o referido saldo de gerência de 13 milhões de euros — é verdade que este saldo inclui a transferência de saldos de anos anteriores, mas deve-se também ao facto de o Município de Óbidos demonstrar pouca capacidade de executar o investimento, como já discutimos no ponto anterior.-----

Se analisarmos os números, verificamos que o Orçamento Inicial de 2025 era de 26 milhões de euros. Após a incorporação do saldo de gerência de 2024, este valor subiu para quase 38 milhões de euros. No entanto, se calcularmos o valor das despesas de capital efetivamente concretizadas, constatamos que representam apenas 10%, tal como a minha colega Ana Sousa já referiu.-----

Na sequência disto, o que verificamos? Ano após ano, o Plano de Investimentos continua a incluir as mesmas rubricas: o Quartel da GNR, a eficiência energética das piscinas, a requalificação do estacionamento dos Arrifes ou a requalificação do Aqueduto da Usseira. Simultaneamente, persistimos com os mesmos problemas estruturais: habitação, saúde, mobilidade, falta de estacionamento, terminal rodoviário, saneamento básico e jardins de infância. Estes problemas continuam sem solução.-----

Por outro lado, verificamos que as despesas correntes mantêm um aumento gradual. Vejo aqui um claro desequilíbrio entre a subida da despesa corrente e o volume tão baixo de despesa de capital. Face ao exposto, não podemos concordar com esta política nem com as opções tomadas pelo Executivo.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Sr. Presidente, obrigado; e obrigada à Sra. Deputada Natália pelas observações colocadas. Eu pensava que iria destacar o reforço de 4 milhões de euros em viadutos e obras complementares, bem como a respetiva distribuição e o reforço da dotação para o quartel da GNR — algo que conseguimos apurar junto do Ministério da Administração Interna, fruto de muita insistência por parte deste Executivo. -----

Contudo, a Sra. Deputada preferiu reforçar, uma vez mais, a questão do passado e a baixa receita de investimento de capital. Refere isso, mas não menciona que estas receitas de capital aumentam também fruto das políticas de atratividade do território que temos implementado: desde o reforço das bolsas de apoio ao Ensino Superior, até ao apoio



social e educativo e às medidas de incentivo à atividade cultural e desportiva. Tudo isto tem um impacto direto no território.-----

É claro que ainda não fizemos tudo, nem vamos fazer. Felizmente, o nosso território tem uma exigência que nos ajuda, enquanto autarcas, a sermos impulsionadores, diferentes e distintos dos demais, o que leva, muitas vezes, a que sejamos copiados no modelo que estamos a implementar.-----

Relativamente às despesas correntes, como referi, estas continuam a aumentar — e têm de aumentar. Se precisamos de colocar recursos humanos e aumentar os prestadores de serviços para dar resposta ao que a população pretende, não o deveríamos fazer? Iríamos deixar as coisas como estão, permitindo que as pessoas se reformem sem assegurarmos o serviço público de que os nossos concidadãos necessitam? Parece-me lógico: não podemos dizer que as despesas estão a aumentar e considerar que o trabalho não está a ser bem feito. Elas aumentam para podermos prestar um melhor serviço à população; isso é o básico, e a Sra. Deputada sabe-o perfeitamente. -----

Finalmente, eu também gostava de estar a executar mais. Se a Sra. Deputada o queria muito, eu queria-o muito mais, não tenha dúvidas nenhuma.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: “É claro que as despesas correntes têm de aumentar; isso nem sequer se coloca em causa. Nós até gostaríamos que elas aumentassem mais, desde que esse aumento se traduzisse, efetivamente, num incremento de resultados, numa maior execução e num melhor serviço prestado à população. Portanto, não somos ingénuos e sabemos perfeitamente que a despesa corrente tem de subir.-----A questão é que vamos ficar com um orçamento de quase 43 milhões de euros, e é fundamental que o consigamos executar na totalidade. Aquilo que nós tememos — e não dizemos que as vossas opções sejam más, apenas que não são as nossas prioridades — é que estas subsistam de um ano para o outro por falta de concretização. Vamos ver se, no próximo ano, não teremos aqui novamente um saldo de gerência de 16 ou 17 milhões de euros, resultante da não execução dos valores previstos.-----

Este é que é o drama deste Executivo: a nossa tônica é, e será sempre, a falta de execução. Lamento, mas não a conseguimos ver. -----

Quanto à questão dos viadutos e dos arruamentos, porque não falamos claramente? O que justificou esta incorporação de despesa foi a situação de calamidade; ‘ainda bem’, entre aspas, que houve essa calamidade para que a obra avançasse. No fundo, é pouco, mas isso é o que nós sempre defendemos.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Em 20 segundos, permitam-me dizer que existem despesas e investimentos previstos que são passíveis de execução. Digo-o com toda a cautela, pois muitos destes valores encontram-se também na rubrica de ‘capital não definido’. Refiro-me, muitas vezes, a questões relacionadas com Jardins de Infância (JI), requalificação de escolas e outras benfeitorias previstas. A execução será a máxima que conseguirmos atingir. No entanto, é preciso compreender que, muitas vezes, temos um programa delineado que acaba por sofrer alterações em função das vicissitudes que surgem.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com 19 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções de voto.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO DEZ - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE**

**CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E A OBITEC PARA O ANO DE 2026:** -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “Vamos analisar a execução do contrato-programa de 2025. Começo por recordar que, no ano passado, esta Assembleia aprovou a transferência de 50 mil euros para a Obitec, destinados a um conjunto de ações. O contrato-programa de 2025 assentava em duas ações estruturantes que constituíam o núcleo justificativo da intervenção pública: a Literacia Digital Sénior e a Academia de Code. Contudo, o relatório de execução demonstra que a Literacia Digital não foi realizada por falta de formandos e a Academia de Code não ocorreu por indisponibilidade de espaço.-----

Estas foram substituídas por ações de comunicação (imagem, vídeo e materiais dos 10 anos do Parque Tecnológico). Ou seja, as duas ações que fundamentavam o contrato não ocorreram e as verbas foram reafetadas sem deliberação ou autorização desta Assembleia Municipal. Isto é um facto, não é interpretativo. Existiu um desvio ao contrato-programa e recordo que a Lei 50/2012 exige que o subsídio seja destinado exclusivamente às atividades especificadas. Sendo um ato administrativo bilateral, a sua alteração não pode ser unilateral, nem pode haver reprogramação sem autorização da Câmara e, no mínimo, o conhecimento desta Assembleia. A execução de 2025 não corresponde ao deliberado, comprometendo a sua conformidade legal.-----

Olhando agora para o contrato-programa de 2026, assinala-se, desde logo, uma deficiente instrução do processo. O processo não contém pareceres das divisões orgânicas da Câmara (Educação, Ação Social, Financeira ou Jurídica); a informação é subscrita apenas pelo Chefe de Gabinete. A ausência de pareceres técnicos numa área com este impacto constitui uma fragilidade jurídica face ao Código do Procedimento Administrativo, revelando um afastamento dos serviços municipais quanto à elaboração e execução do contrato.-----

Quanto à fundamentação, a proposta prevê um subsídio de exploração de 160 mil euros. Passamos de 50 mil euros (num contrato que não foi cumprido) para 160 mil. Dos oito programas previstos, apenas dois — Literacia Digital e Academia de Code — se enquadram em competências municipais típicas. O financiamento destas representa apenas 16 mil euros (10%) do contrato. Os restantes 90% destinam-se a projetos como o ‘Óbidos Gaming Up’ (90 mil euros).-----

A questão essencial é: podem estas ações ser qualificadas como atividades de interesse geral, tal como exige o artigo 47.º da lei? Para tal, não basta terem impacto tecnológico; têm de apresentar interesse municipal público, rentabilidade não demonstrada (carecendo de compensação pública) e distinguir-se de atividades de mercado. Esta fundamentação não se encontra demonstrada para a maioria das atividades (gaming, incubação, eventos). Além disso, os indicadores propostos são meramente quantitativos e não permitem medir o impacto real ou o custo por beneficiário. -----

Existe ainda um risco de duplicação de financiamento, uma vez que a Câmara já desenvolve eventos de gaming (como o Óbidos Vila Gaming) por meios próprios. O processo não demonstra articulação entre o que é executado pela Câmara e o que será feito pela Obitec.-----

Por último, acresce que a Obitec não está sujeita às regras do Código dos Contratos Públicos, o que significa que o grau de escrutínio é inferior. Ao transferir financiamento público para uma entidade com menos controlo procedimental, seria exigível uma fundamentação muito mais rigorosa, o que não se verifica neste processo.”-----



--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Bem, agradeço a intervenção; foi bem lida e concisa. Sra. Deputada, em relação ao que manifesta sobre o contrato-programa de 2025: se ler a Cláusula 4.ª, verá que é possível que o contrato sofra a alteração que ali está prevista, através da substituição ou modificação permitida nessa mesma cláusula. -----

Depois, importa dizer que este processo foi instruído pelo meu Chefe de Gabinete, que é uma pessoa da minha total confiança. A Dra. Alexandra Almeida, que está aqui connosco, está impedida de intervir por fazer parte dos órgãos da Associação Obitec. Poderia ter sido a Chefe de Divisão da Educação ou qualquer outro chefe de divisão; eu não consigo dissociar o que é uma intervenção ou atividade municipal em cada uma das áreas, pois não há área que não se toque ou tenha interferência com as demais.-----

Não há qualquer duplicação de financiamento. Aquilo que para vós parece ser um problema — um hipotético desfazamento de valores entre o apoio à literacia sénior e o Óbidos Gaming Up — deve ser esclarecido: o valor previsto para esta finalidade não se destina a um evento de gaming isolado. Trata-se de uma estratégia para dar continuidade a uma agenda que se quer criar na área da indústria criativa. Este projeto é altamente distintivo; aliás, já começa a ser menos, pois já temos outros concelhos a seguir o caminho que nós iniciámos nesta matéria.-----

Há aqui um evidente interesse público municipal, porque estamos a criar uma agenda para a fixação de jovens no nosso território, permitindo-lhes ganhar melhores salários nesta indústria, que abrange desde a programação aos efeitos especiais e outras valências tecnológicas. Estas são, e serão no futuro, seguramente, profissões bem remuneradas. É com isto que vamos poder fazer a transformação demográfica que pretendemos, mantendo os nossos jovens no território com bons salários e atraindo novos talentos. É assim que queremos, naturalmente, resolver também o problema da habitação.-----

Há pouco, a Sra. Deputada Natália referia que não resolvemos o problema da habitação, mas este não se resolve apenas construindo casas. Isto daria uma semana de discussão, mas não é a fazer muitas casas que vamos resolver a questão. O problema da habitação resolve-se equilibrando receitas e oportunidades; se construirmos 20 mil casas, mas continuarmos a ser tão atrativos que a procura excede a oferta, o saldo continuará a ser deficitário e teremos problemas de habitação na mesma. Portanto, não é apenas desta forma que se resolvem os problemas habitacionais. -----

O nosso país continua a ser um destino importante de migração, pessoas que fogem de zonas de conflito ou que vêm de outras geografias e olham para o nosso território como um gerador de oportunidades. Aliás, viram o saldo de crescimento demográfico que tivemos entre 2021 e 2025.-----

Não há aqui qualquer duplicação de financiamento, porque está bem definida a nossa pretensão para o Parque Tecnológico de Óbidos e o vínculo da Câmara à sua visão de desenvolvimento do território, nomeadamente na indústria criativa (o que chamamos muitas vezes de Óbidos Gaming Up). A estratégia apresentada assenta na indústria criativa, na agroindústria e no âmbito da saúde.”-----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: “Sr. Presidente, quero apenas reforçar uma situação que não é de somenos importância: o Chefe de Gabinete ocupa um cargo de nomeação política, mas um Chefe de Divisão é algo distinto. Portanto, não é pelo facto de o Chefe de Gabinete ser da sua inteira confiança que detém a capacidade legal para assinar determinados documentos. É precisamente para isso que estamos a chamar a atenção e a dar ênfase.-----



Porquê? Porque, se os documentos forem assinados por quem não tem competência formal para o fazer, isso poderá trazer problemas muito graves, tanto para o Município como para os envolvidos, caso alguém decida escrutinar a legalidade do processo. Nós não temos gosto nenhum em que o Município se envolva em problemas derivados de incumprimentos formais.-----

A falta de competência formal para assinar um determinado documento tem consequências graves, e é exatamente isso que queremos aqui sublinhar.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito bem! Sr. Presidente, deseja intervir?”

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Só para esclarecer que, por coincidência, o Chefe de Gabinete é jurista.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com 16 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções de voto.*** -----

--- ***O Senhor Deputado Luís Cunha, está impedido de votar por ser vice- presidente da Assembleia Geral da Obitec.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO ONZE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- A Senhora Deputada Anabela Blanc usou da palavra e disse: “Sr. Presidente, analisando a sua informação escrita relativamente aos processos judiciais, há alguns que saltam à vista. Refiro-me a processos herdados com valores, de facto, astronómicos: é o caso da Vit Marco, no valor de cerca de 5,3 milhões de euros, e da Vialis, no valor de 2 milhões de euros. Como a Câmara tem perdido nas instâncias anteriores — e, se o Sr. Presidente não dispuser da informação agora, poderá enviá-la mais tarde — importa notar que estamos a falar de empresas ligadas ao problema dos Gs .A Câmara perdeu e, na altura, optou por não celebrar um acordo que pudesse resolver a situação com menores custos. Gostaria de saber se existiu algum contacto recente no sentido de formalizar um acordo de pagamento ou se a autarquia irá aguardar pela sentença final, dado que se trata de montantes muito elevados.-----

Não encontrei referência à terceira empresa; não sei se foi deficiente leitura minha ou se a Câmara já resolveu o assunto com uma das três e mantém o litígio com estas duas.-----

Depois, verifico aqui um processo e contraproceto da Pedra Rústica. Gostaria que o Sr. Presidente explicasse exatamente o que se passou, pois também envolve valores consideráveis.-----

Por fim, relativamente aos 500 mil euros reclamados na insolvência da Beltic: qual é a expectativa da Câmara em receber este montante e a que se referem estes créditos? São taxas ou licenças? Estamos a falar, novamente, de meio milhão de euros.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: "Obrigado, Sra. Deputada. “Esta última questão, relativa à Beltic, terei de apurar com maior profundidade, porque não a tenho presente.-----

O processo relativo à Pedra Rústica é um processo que remonta a muito antes de 2020. Foram trabalhos feitos no passado que esta empresa agora reclama que não foram devidamente pagos e, portanto, quando ainda estava connosco a Dra. Cecília, apresentei-lhe esta documentação assim que me chegou. Aquilo que nos indicou, de alguma forma, é que há um alegado não pagamento a esta empresa, mas que não existem quaisquer faturas emitidas para o efeito. Assim, a Câmara interpôs também um processo



contra a própria empresa e isto, naturalmente, está agora em fase judicial.-----

A outra questão, também relativa a processos anteriores, prende-se com a Vit Marco, que era o G1 — o mais próximo da Lagoa — desta empresa que, em tempos, fez trabalhos de ligação e saneamento. Aliás, falámos disto no mandato anterior. Já andamos há algum tempo a tentar resolver esta situação. O Vereador Samuel, neste momento, já recebeu uma proposta de projeto de arquitetura para reconfigurar aquilo que lá está.-----

Este é um processo que está a avançar, até porque já houve uma aquisição, numa primeira instância, por parte de um empresário, do G5 — o que estava à venda em leilão. Entretanto, adquiriu também o G3, que era o edifício do meio, ao Novo Banco (ou à empresa detida pelo Novo Banco), e já chegou igualmente a adquirir o G1. Portanto, neste momento, há um único empresário que gere todo o conjunto e, para nós, em termos autárquicos, isso é muito mais favorável.-----

Há este processo que foi ganho, na última instância, pela Vit Marco contra a Câmara. Recorremos, naturalmente, e iremos até às últimas instâncias para esclarecer a situação. Houve uma aproximação feita por mim ao próprio proprietário, no local, para perceber qual era a abertura para tentarmos resolver isto da forma possível e legal, tendo em conta aquilo que pretendemos. Em nada dignifica o concelho de Óbidos, e limita o desenvolvimento daquela zona, manter esta situação condicionada.-----

Este é um processo instaurado talvez no início do mandato anterior, mas está agora nesta fase de recurso até às últimas instâncias, porque entendemos que temos razão relativamente a esta matéria. Existem, no entanto, entendimentos estranhos. O que é importante para nós, efetivamente — pese embora o desfecho, que esperamos que não venha a lesar os dinheiros públicos — é resolvermos aquela situação e que tudo ali, de alguma forma, se clarifique.-----

Mesmo na pior das hipóteses, se a Câmara tiver de proceder ao pagamento de alguma indemnização, terá de ser negociado, e temos essa faculdade para negociar prazos e condições, conforme venha a ser entendido entre as partes.-----

Quanto à questão da Beltic, há ali alguns aspetos que estamos a tentar resolver. Queremos resolver isto até meados do próximo mês; foi um compromisso que assumi com os moradores que representam também esta entidade. Portanto, gostaríamos igualmente de ver esta situação resolvida.”-----

--- Não tendo havido mais intervenções, foi dado conhecimento. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos, pelas zero horas e trinta minutos, do dia vinte e dois de janeiro do corrente ano, deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou a presente ata, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro. E eu, Cristina Margarida Oliveira Ferreira Almeida, lavrei esta ata que também vou assinar.